



Miguel Maia dos Santos

**Dispositivo de Avaliação Externa ao
Ensino Superior**
**Um estudo exploratório sobre acreditação
à Universidade Nacional Timor Lorosa'e,
2008 – 2013**



Universidade do Minho
Instituto de Educação

Miguel Maia dos Santos

**Dispositivo de Avaliação Externa ao
Ensino Superior
Um estudo exploratório sobre acreditação
à Universidade Nacional Timor Lorosa'e,
2008 – 2013**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciências da Educação
Área de Especialização em Avaliação

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Virgínio Sá

junho de 2015

DECLARAÇÃO

Nome: Miguel Maia dos Santos

Endereço electrónico: mglmaiadossantos@yahoo.com.br

Número do Bilhete de Identidade: CE 00600199

Título dissertação:

Dispositivo de Avaliação Externa ao Ensino Superior
Um estudo exploratório sobre acreditação à Universidade Nacional
Timor Lorosa'e, 2008 – 2013

Orientador:

Professor Doutor Virgínio Sá

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado

Mestrado em Ciências da Educação
Área de Especialização em Avaliação:

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA
EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO,
QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 22/06/2015



Miguel Maia dos Santos

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades
Muda-se o ser, muda-se a confiança
Todo mundo é composto
Tomando sempre novas qualidades”

Camões in “Mudam-se os tempos, Mudam-se as Vontades”

Dedico este trabalho científico ao meu pai Lay Dji Min
“Akeu”, e a minha mãe Maria Rosa Fernandes, a minha
esposa Saturnina Fernandes Soares, a meus filhos, as
essências do meu antes, do meu depois e do meu sempre.

Agradecimento

Não posso negar que a realização deste estudo só foi possível com a intercessão do Poderoso Mestre Deus onipotente e Mãe Virgem Maria. Contou também com o débito de gratidão, a colaboração, estímulo e apoio de várias pessoas e entidades. Por isso, com toda a consciência, tenho que manifestar aqui a minha gratidão a todos quantos, sob as mais diversas formas, contribuíram para a concretização desta obra.

Ao Professor Doutor Manuel António (*responsável do programa*), pelas informações úteis que forneceu sempre no momento necessário, apoiando-me na finalização deste trabalho.

Ao orientador Professor Doutor Virgínio Sá que me orientou com paciência e sabedoria; pela motivação, pela oportunidade concedida, confiança, simpatia e disponibilidade que sempre me dispensou, um cordial obrigado

À estrutura da Universidade do Minho e a estrutura da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), pela boa cooperação e a realização do curso de Mestrado em Timor-Leste.

Ao Centro da Língua Portuguesa, particularmente a professora Carmen Vicente que disponibilizou o seu tempo e pacientemente faz revisão linguística e ortográfica dos textos.

Aos Responsáveis do Projeto “Edição especial Timor-Leste – PostCAVET” pela oportunidade oferecida, apoio moral espiritual e material tanto financeiro como também os programas necessitados pela nação de Timor – Leste.

Aos dirigentes entrevistados que disponibilizaram parte do seu precioso tempo para responder as perguntas lançadas no âmbito deste objetivo.

A todos os professores do curso de mestrado, pelos horizontes conceptuais que me forneceram e que em muito contribuíram para este trabalho e para o bem da nação.

Ao meu colega íntimo Prof. Doutor Francisco Miguel Martins que com todo o coração profundo me ofereceu os seus livros sobre a avaliação e que utilizei como referências da dissertação.

Ao irmão íntimo Professor Dr. Vicente Paulino, pela troca de ideias, sugestões e críticas construtivas na construção de ideias científicas.

Por último, um precioso agradecimento muito especial à minha família esposa Saturnina Fernandes Soares, aos meus filhos; a minha mãe, aos meus irmãos e ao meu sogro que me ajudaram muito, preciosa atenção não só nas alegrias mas, principalmente, nos momentos menos bons ao longo destes anos. É a eles que dedico este trabalho.

RESUMO

Este estudo centra-se na abordagem analítica e interpretativa sobre a Avaliação Institucional da UNTL, tanto do nível da avaliação externa (questão de Licenciamento e Acreditação) e o modo como se faz uma Avaliação Interna dentro dessa mesma Instituição Universitária Pública de Timor-Leste. Apresentamos brevemente a existência das Instituições Superiores em Timor-Leste, particularmente a existência e o progresso da UNTL; de seguida, aborda teoricamente a natureza e evolução de avaliação baseada nas conceções de Autoavaliação Institucional e Avaliação Externa, fundamentando pelas características gerais e funções da avaliação institucional, justificando a necessidade de fazer “Acreditação” de acordo com o nível de exigência da avaliação externa.

Toda a análise documental (documento de avaliação da ANAAA, relatório dos resultados dos peritos internacionais sob a responsabilidade da ANAAA, o relatório do DNJRU da UNTL, Estatuto da UNTL e demais documentos que não podemos referir todos neste espaço) sobre a avaliação institucional da UNTL é fundamentada nos modelos de avaliação (Avaliação Externa e Interna) e critérios usados no processo de realização da avaliação.

Analisa e identifica os pontos fortes e pontos fracos realçados pela Avaliação externa, analisa em que medida a UNTL “reconhece” os resultados da avaliação externa e o seu impacto nos processos de tomada de decisão. Espera-se que este estudo beneficie a UNTL como Instituição Universitária Pública no seu processo desenvolvimento para futuro.

ABSTRACT

This study focuses on analytical and interpretive approach on the institutional evaluation of UNTL, both the level of external evaluation (matter of Licensing and Accreditation) and how to make an Internal Assessment within the same Public Higher Education Institution of Timor-Leste. We briefly present the existence of the supreme audit institutions in Timor-Leste, particularly the existence and progress of UNTL; then theoretically it addresses the nature and evolution of assessment based on conceptions of Institutional Self-evaluation and external evaluation, basing the general features and functions of institutional assessment, justifying the need to "accreditation" according to the requirement of the external evaluation.

The entire document analysis (evaluation document of the ANAAA, report the results of international experts under the responsibility of ANAAA, the DNJRU of UNTL report, Status of UNTL and other documents that we cannot mention all this space) on the institutional assessment of UNTL is based on evaluation models (External and Internal evaluation) and criteria used in the evaluation of the implementation process.

Analyzes and identifies the strengths and weaknesses highlighted by the external evaluation, examines whether it would UNTL "recognizes" the results of the external evaluation and its impact on decision-making processes. It is hoped that this study will benefit the UNTL as Public Higher Education Institution in its development process for the future.

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANAAA	=	Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica
CAPES	=	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior
CNIC	=	Centro Nacional de Investigação Científica
DNJRU	=	Diresaun Nasional Jestaun Rekursu Umanu
Ed	=	Educação
FAGRI	=	Faculdade de Agricultura
FAMED	=	Faculdade de Medicina
FASPOL	=	Faculdade de Ciências e Políticas
FCE	=	Faculdade de Ciências da Educação
FD	=	Faculdade de Direito
FE	=	Faculdade da Economia
FET	=	Faculdade de Engenharia Técnica
FUP	=	Fundação das Universidades Portuguesas
ICA	=	Instituto Camões
INL	=	Instituto Nacional de Linguística
JICA	=	Jepang Inernaational Cooperation Agency
ME	=	Ministério de Educação
MEC	=	Ministério da Educação e Cultura
PhD	=	Phylosophy Doctorate
RDTL	=	República Democrático de Timor-Leste
UNTL	=	Universidade Nacional Timor Lorosa'e

ÍNDICE

AGRADECIMENTO

RESUMO

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	11
1. Proposição do Tema	11
2. Justificativa	17
3. Problema e Objetivos do Estudo	17
3.1. Problema	17
3.2. Hipótese	19
3.3. Benefícios do Estudo	19
 CAPÍTULO II – METODOLOGIA DA PESQUISA	 20
 CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	 22
1. A natureza e evolução de avaliação	22
1.1. Conceções de Avaliação Institucional	23
1.1.1 Conceções de Autoavaliação Institucional	26
1.1.2 Conceção da Avaliação Externa	27
1.2. Características Gerais da Avaliação Institucional	29
1.3. Função de Avaliação Institucional	29
1.4. A necessidade de ter “Acreditação”	31
1.5. Níveis de exigência da Avaliação Externa	32
2. Modelos de avaliação	32
2.1. Relação entre modos de Avaliação Externa e Interna	35
2.2. A definição dos Critérios de Avaliação Externa	38
2.3. Critérios de Avaliação Externa: processos e produtos	39
2.4. Critérios de Avaliação Externa – parâmetros utilizados	39
2.5. Consequências da Avaliação Externa para as Instituições	40
 3. Os avaliadores	 41

4. Processo de avaliação	43
4.1.Etapas da avaliação	43
4.2.Publicação dos resultados da Avaliação Externa e sua ligação com sistema educativo	44
4.3.Resultados e usos da avaliação	44
4.4.Utilização dos resultados da Avaliação Interna	45
 CAPÍTULO IV – ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	 47
1. Análise dos Dados Históricos Documentais da UNTL	47
1.1. Áreas de estudo	49
1.2. O funcionamento da UNTL	49
2. Análise dos Documentos de Bases Legais	52
 3. O Processo de Avaliação Externa	 53
3.1. Análise dos dados resultados preliminares da acreditação da UNTL Dados fornecidos pela Diretoria do Ensino Superior – ME	54
3.2. O relatório e publicação do resultado de Acreditação 2008	57
3.2.1. As Categorias para Licenciatura e Acreditação Institucional Inicial que representa 8 critérios básicos para elegibilidade	57
3.2.2. O padrão de Acreditação feito pela equipa internacional	59
3.2.3. Breve análise do relatório e da publicação do resultado de Acreditação 2008	59
3.2.4. Apoio de peritos internacionais	60
3.3. O relatório e publicação do resultado de Acreditação 2013	61
3.4. Resumo de avaliação Externa à UNTL	63
 CAPÍTULO V – CONCLUSÃO	 68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
ANEXOS	

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. Proposição do Tema

A educação é um processo que visa o desenvolvimento harmónico do ser humano nos seus aspetos intelectual, moral, e físico e a sua inserção na sociedade, isto é, um processo de aquisição de conhecimentos e de aptidões. A instrução é entendida como a adoção de comportamentos de atitudes, correspondentes aos usos socialmente tidos como corretos e adequados.

A Constituição da RDTL no artigo 59 salienta que a educação é um direito social inalienável e garantida pelo Estado a todos os cidadãos. Ela considera que o direito à educação é um direito prioritário, não a uma educação qualquer, mas sim o direito a uma educação com qualidade considerada como direito do homem. Isto é, um direito humano e social, e não uma mercadoria, uma propriedade que pode ser vendida a quem queira e possa pagar por ela (Constituinte, 2001:23). Neste caso, a educação é um sistema cujo objetivo é formar e instruir os cidadãos, de modo a poderem alcançar uma melhor integração na sociedade, em geral, e na profissão em particular.

Em relação às ideias acima expostas, os cidadãos de qualquer país, incluindo Timor – Leste, tem acesso à educação, tanto à educação não-formal, como também à educação formal. O ensino formal está organizado em níveis: ensino básico, ensino secundário ou equivalente, e Ensino Superior (Educação Superior). No nível do Ensino Superior existem ainda classificações associadas à sua função. Assim, existem Instituições ou Centros de Ensino, Academias e as Universidades.

Compreende-se que a Universidade é uma Instituição social que tem tido classicamente como missão desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como a administração do processo de criar, gerir e disseminar o conhecimento.

Além da função da Universidade como Instituição Social de Ensino Superior, esta também tem como metas o desenvolvimento de recursos humanos para melhorar a qualidade de vida. Neste sentido, a Universidade tem um papel importante, ou seja, o de educar e formar recursos humanos profissionais, além de participar do processo de desenvolvimento tanto local como regional, contribuindo para o desenvolvimento

educacional e cultural na busca da promoção da liberdade e da sustentabilidade social, económica, política e ambiental.

Em relação à ideia acima mencionada, a Universidade enquanto um bem público tem a responsabilidade social pela missão de uma Educação Superior de qualidade e pela prestação de contas à sociedade. Esta responsabilidade social, com a qualidade, reflete uma política da Instituição e do Estado. Isto é, uma política de prestação de contas requer instrumentos para verificar a elevação da qualidade desejada e conferir a qualidade da Instituição do Ensino Superior que necessita uma avaliação como um processo rigoroso e privilegiado.

A Universidade como uma Instituição do Ensino Superior, ocupa uma posição de destaque no mundo globalizado em grande parte porque é a mais importante Instituição produtora da capacitação tecnológica. É certo que esta Instituição de Educação Superior tem tido historicamente um papel destacado no desenvolvimento do país, no avanço dos conhecimentos e no fortalecimento da economia (Sobrinho, 2005: 15)

A Universidade no seu exercício reflete o seu próprio estatuto, seja ela uma Instituição Pública ou Privada. Sendo assim, o grupo alvo é servir os filhos da mesma nação como uma resposta ao interesse público. Para isso, a Universidade tem a responsabilidade social pela oferta da Educação Superior de qualidade e pela prestação de contas à sociedade, refletindo uma política da Instituição e do Estado. Sobrinho sublinha ainda que “as Universidades têm o imperativo irrecusável de contribuir, a seu modo, para o desenvolvimento e a qualidade de vida do conjunto social” (2005:17). Por isso mesmo, elas devem encontrar as respostas e encaminhamentos que preservem a pluralidade social e respeitem a igualdade assegurada pela cidadania.

Com a Instituição do Ensino Superior em Timor-Leste, após a restauração da independência deste país, em 20 de Maio de 2002, o Governo de Timor, inspirando-se no direito à educação, consagrado na Declaração Universal dos Direitos do Homem (Art.º 26º), fundou muitas escolas de vários níveis de ensino, incluindo Instituições de Ensino Superior. Esta iniciativa, apesar de bem-intencionada, não respeitou certos requisitos mínimos que assegurassem um mínimo de qualidade.

No mundo da educação terciária, Educação Superior, em Timor-Leste existem Instituições que na sua origem se distinguem em três classificações: A Universidade; Instituto do Ensino Superior (centro de ensino); e a Academia. Cada uma destas

Instituições exerce a sua função segundo os seus princípios, as suas normas académicas, visão, missão e os seus objetivos.

Timor-Leste como uma nação nova, apenas com 12 anos após a restauração da independência (20 de Maio de 2002), e também como uma nação soberana, possui leis fundamentais que exigem uma qualidade da educação para todos os seus cidadãos. Estas leis são: a) Constituição da RDTL; b) Plano Nacional de Desenvolvimento; c) Política Nacional da Educação da RDTL, d) Lei de Bases da Educação.

O Plano Nacional de Desenvolvimento traça as prioridades nacionais; O Plano Nacional de Educação orienta as prioridades e os programas do Ministério; A Lei de Bases do Sistema Educativo traça, entre outros, a organização e o perfil da Educação Superior, esforços e investimentos intensos necessitam ser feitos por um longo período, para desenvolver as competências requeridas em relação à regulação e desenvolvimento da educação, de forma autossustentável.

Promover capacitação institucional nestas circunstâncias, requer diligente exercício de mudança de atitude em relação à tomada de decisão assumida por parte dos dirigentes educacionais, de tal forma que estes se coloquem na condição de protagonistas e de coordenadores das ações, ao invés de se limitarem aos desafios da organização e da regulação da Educação Superior em Timor-Leste e a questão da capacitação institucional. Mais especificamente em relação à Educação Superior, para que esses princípios e intentos alcancem nova performance, é necessário que seja intensificado, a curto prazo, um conjunto de medidas, tais como: organização administrativa e definição de instrumentos de regulação da Educação Superior; preparação de quadros humanos em todos os níveis; definição de padrões e normas para os currículos e funcionamento dos cursos; elaboração dos regulamentos institucionais para as Universidades e outros tipos de Instituições; incremento de recursos financeiros para dar suporte à infraestrutura e a programas de formação de professores e de gestores educacionais.

O Governo considera que o Ensino Superior tem como objetivo a qualificação de alto nível dos timorenses, a produção e difusão do conhecimento, bem como formação cultural, artística, tecnológica e científica dos seus estudantes, no quadro de referência internacional. O Governo também valoriza as atividades dos seus investigadores, docentes e funcionários estimulando a formação intelectual e profissional dos seus estudantes e procurando assegurar as condições para que todos os cidadãos possam ter acesso ao Ensino Superior.

Na Lei de Bases da Educação, subsecção Ensino Superior, aborda-se a criação de estabelecimentos de Ensino Superior. O Ensino Superior compreende o Ensino Universitário e o Ensino Técnico Profissional. A Universidade e outros Institutos de Ensino estimulam o conhecimento dos problemas do mundo de hoje num horizonte mais global, em particular os nacionais e regionais e da comunidade dos países. Reflete-se que a UNTL como uma Universidade Pública tem de obedecer ao ordenamento nacional de rede do Ensino Superior Público e tem de preencher os requisitos dos estabelecimentos de Ensino Superior.

As Leis Orgânicas do Ministério da Educação, Esboço da Lei de Ensino Superior, que permite aos cidadãos fundar Instituições do Ensino Superior nesta nova nação, incluída a Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), foi fundada em 17 de novembro de 2000, dois anos antes da restauração da independência de Timor-Leste. No artigo 8.º deste diploma ministerial nº 7/2008, de cinco de maio, aborda-se a “Orgânica da Direcção Nacional do Ensino Técnico Superior”. Este artigo fala sobre o Departamento de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior:

1. “O Departamento de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior é o serviço responsável pela coordenação e execução das políticas de avaliação e acreditação de Instituições e cursos do ensino superior, bem como relativas ao acesso ao Ensino Superior”.
2. “Compete ao Departamento de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, designadamente”: a) “Desenvolver e assegurar padrões de acreditação do Ensino Superior no país; b) Instruir os processos sobre os pedidos de reconhecimento oficial de Instituição de cursos de ensino superior; c) Assegurar o depósito e o registo dos planos de estudo e currículo dos cursos ministrados nas Instituições de Ensino Superior, d) organizar os processos sobre o reconhecimento de diplomas..... e) propôr critérios legais para o acesso ao Ensino Superior técnico.....; Estabelecer regras e supervisionar as acções relativas ao ingresso.”

Para os devidos efeitos foi necessário ter uma avaliação inicial da Instituição para garantir a qualidade da educação. Assim, foi uma avaliação de “acreditação” à Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) em 2008, que era a única Instituição Pública de Ensino Superior em Timor-Leste.

Para garantir a qualidade da educação do Ensino Superior em Timor-Leste, a avaliação é uma importante via e proporciona um espelho e funciona como um barómetro capaz de refletir os componentes relacionados ao desenvolvimento e o progresso da Instituição. Esta avaliação pode ser Avaliação Interna ou Externa Institucional. Estes tipos de avaliação têm o mesmo objetivo para descrever e classificar a Instituição avaliada, que, no fundo, é melhorar a qualidade da Instituição nas várias dimensões. Assim, a própria avaliação é um instrumento legal na busca da qualificação, caracteriza-se por ações de qualificação, mensuração, classificação de resultados e outras para apoiar a tomada de decisão sobre recuperação e mudanças necessárias no processo de melhoramento.

Em Timor-Leste, entre o ano de 2000 e o ano de 2005, existiam quase 20 Instituições do Ensino Superior, tais como:

- a) Universidades – Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), Universidade da Paz (UNPAZ), Universidade de Díli (UNDIL), Universidade de Dom Martinho (UNIMAR), Universidade de Dom Boa Ventura (UDBV), Universidade Continental (UNITAL), e Universidade Comunidade Matebean (UCM), Universidade Mau-Lear (UML);
- b) Institutos de Ensino - Dili Institut of Technology (DIT), Institut of Business (IOB), Institut of Catholic Religion (ICR), Instituto de Formação dos Professores de Baucau (IFPB), Instituto de Cristal, Instituto de Formação Profissional de Canossa (IFPC).
- c) Academias: Academia Café Ermera (ACE), Akademi Sistem Klik (ASK), ARI.

Depois de algum tempo, algumas Instituições entre estas Instituições de Ensino Superior tais como Universidade Mau-Lear em Díli, Universidade de D. Boa Ventura em Same foram automaticamente encerradas por causa de recursos financeiras, recursos humanos, propriedades, e outros recursos.

Para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem e para assegurar a qualidade (*quality Assurance*) do produto que responda às necessidades do mercado de trabalho, o Governo também elaborou Leis para a determinação e a classificação do nível de qualidade de cada Instituição. Foi assim que algumas Instituições, tais como a Universidade Matebean em Baucau e a Universidade de D. Martinho em Díli foram encerradas por causa da avaliação (não acreditada nem provisão (*provision*)) realizada por uma equipa de Painel de Avaliação Externa Institucional (peritos internacionais).

A acreditação inicial de licenciamento - Avaliação Institucional foi apenas realizada em 2008, pela equipa de Painel Avaliação Internacional com os resultados seguintes:

Tabela 1 - Resultado da avaliação às Universidades em percentagens (%) (2008)

Universidades	Percentagens obtidas	Decisão
UNTL	78,64	A
UNPAZ	65,25	P
UNDIL	58,98	P
UNITAL	52,71	P
UNIMAR	6,27	R
UCM	46,44	R

A = Acreditado P =Provisório (provision), Preparativo R = Rejeitado

Tabela 2 - Resultado da Avaliação aos Institutos e Academias em percentagens (2008)

Institutos de Ensino & Academias	Percentagens obtidas	Decisão
DIT	92,88	A
INST. PROF. CANOSA	66,10	P
INST. CAT. PR. FORM. PROF.	100	A
IOB	79,49	A
INST. S. CRISTAL	73,22	A
INST. CAT. RELIGIOSO	100	A
ACTL	73,22	A
AKAKOM	59,83	P

Como se pode observar na tabela 1, a UNTL obteve a melhor pontuação entre as Instituições Universitárias. Contudo, a pontuação mais elevada, em termos absolutos, foi obtida pelo Instituto Católico Religioso. No entanto, dada a especificidade dos dois grupos de Instituições, as comparações apenas serão admissíveis no interior de cada um dos grupos.

Este resultado que referiu o alcance do progresso da Universidade Nacional Timor Lorosa'e é um resultado baseado na realidade ou condição real da Universidade que no campo social sempre foi, entre nós, uma questão muito debatida e uma atividade muito pouco praticada. No fundo, embora não seja politicamente correto admitir isso, o resultado da avaliação foi sempre percebido, da opinião dominante na nossa área da educação – Ensino Superior, como refletindo a influência política de algumas Instituições e não a qualidade do trabalho aí desenvolvido.

A avaliação da Universidade Nacional Timor Lorosa'e é considerada como uma prática da Instituição que busca a melhoria da qualidade da Educação Superior enquanto um bem público e social. Em relação a isto, considera-se que a avaliação é um processo

de indentificar os pontos fortes, os pontos fracos, e as potencialidades da UNTL para elevar e fortalecer a qualidade e para a melhoria da sua gestão.

A par do processo da consolidação das instituições do Estado, a UNTL tem vindo a crescer de forma cuidada e atenta, em sintonia com os maiores princípios norteadores da formação do Estado Timorense, exercitando-se numa crescente consciência de autonomia pedagógica e gerencial, por forma a justificar-se perante o Governo, seu quase exclusivo financiador. Ressaltam neste contexto a adoção de uma visão e de uma missão, ato que atravessou um processo bem moroso de reflexão e de discussão, abarcando opiniões e ideias provenientes de origem vária, processo esse que não deixou de impactar positivamente na formação organizativa e académica dos próprios membros da estrutura e do corpo docente.

Na verdade, poucos – muito poucos mesmo – na Universidade são capazes de perceber a avaliação como um processo não ameaçador de prover informação útil, para saber se a Universidade está no caminho certo, se está estagnada ou se está avançando ou regredindo em relação ao seu propósito, se e onde deve introduzir ajustes em sua forma de atuar, além de indagar acerca do mérito, da relevância e do impacto de nossas decisões. Para que isso ocorra, é necessário que a avaliação (relatório do progresso) seja parte da cultura dos dirigentes, técnicos e operadores desta área.

Compreende-se que, de facto, o espelho é um instrumento de avaliação rigoroso e fiel. Ele é o primeiro a dar ciência de qualquer melhoria, por menor que seja, em qualquer detalhe da nossa aparência. No fundo a maioria de nós considera o espelho, senão um amigo, pelo menos um imprescindível aliado nos nossos esforços por parecermos melhor diante de nós e dos outros. Assim, no presente projeto de pesquisa pretendemos focar-nos no seguinte tópico: Avaliação Externa da Universidade Nacional Timor Lorosa' e porque, além de sermos um dos membros desta Universidade, subscrevemos uma conceção da Universidade socialmente comprometida.

2. Justificativa

A definição do tema deste estudo justifica-se em função de uma conceção de Universidade que se estrutura em torno de três vetores fundamentais: ensino, pesquisa, e extensão. A justificação da pertinência do tema da Avaliação Institucional apoia-se, numa prespetiva académica, na centralidade que esta temática vem assumindo junto de vários

atores sociais, tais como professores/educadores, pesquisadores, autoridades governamentais e sociedade em geral. A Avaliação Institucional surge frequentemente associada a ideia de promover a qualidade e a melhoria do funcionamento das Instituições. A atualidade do tema é ainda reforçada, considerando que Timor-Leste, apesar de ser uma jovem nação, apresenta um conjunto de Instituições de Ensino Superior que crescem sem respeitar alguns requisitos mínimos de qualidade.

3. Problema e Objetivos do Estudo

3.1. Problema

Constata-se que muitos autores têm falado sobre o resultado da pesquisa em relação à avaliação, tanto Avaliação Interna-Autoavaliação como Avaliação Externa Institucional. Algumas destas pesquisas foram publicadas em trabalhos recentes. Uma perspectiva dominante, a Avaliação Institucional pode constituir-se como um poderoso instrumento de promoção da melhoria e desenvolvimento organizacional. Em alguns casos defende-se mesmo que Avaliação Institucional pode desenvolver uma nova cultura fundada na ética da aceitação da diversidade, da busca do saber articulado e da compreensão global das organizações.

Baseando-nos nas ideias acima mencionadas, procuramos estruturar os problemas fundamentais desta pesquisa nas seguintes questões: a) quais foram os critérios utilizados na Avaliação Externa Institucional realizada pela equipa internacional de acreditação em 2008 à Universidade Nacional Timor Lorosa'e?; b) como se desenvolveu o processo de Avaliação Externa "acreditação" Institucional em 2008 à Universidade Nacional Timor Lorosa'e?; c) como foram fundamentados os resultados da Avaliação Externa da UNTL?; d) como foram utilizados os resultados pela UNTL?; e) qual o progresso da UNTL após a avaliação no período dos cinco anos seguintes?

Relacionado com as questões anteriores são formulados os seguintes objetivos:

- a) **Objetivo geral** - o objetivo geral deste estudo é conhecer o sistema, critérios e processos de Avaliação Externa "acreditação" Institucional em 2008 e o progresso nos resultados de avaliação à Universidade Nacional Timor Lorosa'e nos cinco anos seguintes.

- b) **Objetivos Específicos** – analisar os documentos da Avaliação Externa “acreditação” institucional em 2008 à Universidade Nacional Timor Lorosa’e; descrever o processo de Avaliação Externa “acreditação” Institucional em 2008 à Universidade Nacional Timor Lorosa’e; discutir os resultados e respetivas justificações da Avaliação Externa Institucional; identificar os pontos fortes e pontos fracos realçados pela Avaliação Institucional Externa; analisar em que medida a UNTL se “reconhece” no resultado da Avaliação Institucional Externa; analisar o impacto da Avaliação Externa Institucional nos processos de decisão da UNTL.

3.2. Hipótese

A Avaliação Externa Institucional à UNTL foi feita, tendo por base critérios rígidos utilizados durante o mesmo procedimento. Após a mesma, a Universidade Nacional Timor Lorosa’e preocupou-se em utilizar os resultados da Avaliação e as suas recomendações, concentrando-se nos pontos fracos, com vista a melhorar a qualidade da Universidade, dado ser a única Instituição do Ensino Superior Público em Timor-Leste. Desta forma presenciou-se um progresso significativo da UNTL após a avaliação deste período de cinco anos .

Após os resultados obtidos do primeiro processo de acreditação, deduz-se que aproximadamente 80% das Instituições acreditadas (segundo o Conselho dos Ministros), deverão entrar em pleno estado de reconhecimento dentro de cinco anos se se efetuar a preparação e as reformulações necessárias, se se acelerar o processo de preenchimento das categorias e critérios estabelecidos em falta, se houver maior generosidade das Instituições, bem como se os interessados envolvidos se afastarem de atitudes controversas e de tendência egoísta ou partidária.

3.3. Benefícios do Estudo

Este estudo terá benefícios diretos e indiretos para a Universidade Nacional Timor Lorosa’e em geral e as Faculdades e os seus Departamentos em particular. A partir do resultado desta pesquisa, toda a estrutura da Universidade poderá compreender melhor e mais detalhadamente os seus pontos fortes e os seus pontos fracos.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para alcançar a meta deste estudo, tendo como foco a Avaliação Externa à Universidade Nacional Timor Lorosa'e, procuramos saber e conhecer todas as partes relacionados às questões estruturadas nos problemas identificados.

O importante é como recolher os dados segundo o objetivo geral e os objetivos específicos deste estudo. Neste sentido, o pesquisador tem a possibilidade de usar mais de uma aproximação, um método, uma estratégia ou uma técnica. O levantamento de dados ou informações procurará responder às questões elaboradas e ou estruturadas no capítulo anterior. Para isso, a opção será realizar um estudo de caso, com o fim de analisar um conjunto de documentos feitos pela Instituição e pela equipa avaliadora produzidos durante a primeira fase de acreditação à Universidade Nacional Timor Lorosa'e. A preocupação central é tentar perceber e esclarecer as decisões efetuadas: os critérios utilizados na avaliação "acreditação", o processo de avaliação, como foi implementado, e com que resultados. Neste caso compreende-se que este estudo tenha uma componente empírica.

O Método utilizado nesta pesquisa é o método descritivo de carácter qualitativo. O que se pretende aqui é descrever e compreender a realidade. Mobiliza-se uma variedade de técnicas interpretativas que têm por fim descrever, decodificar, traduzir certos fenómenos sociais que se produzem no quotidiano das organizações. Não se revela apenas como um estudo qualitativo (as evidências qualitativas), mas também apresenta alguns dados quantitativos, para tentar saber o resultado desta avaliação. Enquanto método e técnica ou estratégia de levantamento de dados foram selecionadas várias fontes para a coleta de informação.

As técnicas de recolha de dados e tratamento da informação são as seguintes:

- a) Entrevista – estruturada: esta técnica é utilizada para obter informações ou esclarecimentos compreensivos dos dirigentes da Instituição. Neste caso a estrutura da Universidade que é composta pelo Reitor, Vice-reitor, Decanos e Vice-decanos da Faculdade, Chefes do Departamento, Diretores da Unidade e os Chefes de Divisão da UNTL, e o Diretor Nacional do Ensino Superior do Ministério da Educação - RDTL.

b) Análise documental: as informações úteis são tomadas nos seguintes documentos legais:

- Relatório de Avaliação Externa
- Relatório de Avaliação Interna
- Guia de Avaliação
- Constituição RDTL
- Política da Educação Nacional
- Lei de Bases da Educação
- Lei Orgânica da Educação,
- Diploma ministerial de acreditação
- Estatuto da Universidade Nacional Timor Lorosa'e
- Anúncio do resultado de acreditação.
- A aplicação das entrevistas seguirá as seguintes fases:
- Construção do guião e sua justificação:
- Administração de um pré-teste;
- Administração das entrevistas;
- Análise de conteúdo das entrevistas
- Elaboração da matriz de redução da informação

Para isso, optou-se por implementar o método de ler que é SQ3R (*survey, question, read, recite, e review*). Isto quer dizer que o autor, também como um leitor crítico, tem necessidade de ler atentamente e criticamente, investigar e analisar os documentos de avaliação relacionados com a “acreditação” nos anos de 2008 e tentar obter informações sobre todo o processo de avaliação pela equipa segundo o plano do Ministério “Ensino Superior da Educação”.

c) Método de análise dos dados – para as entrevistas e os diversos documentos recorreremos à análise de conteúdo.

CAPÍTULO III

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. A natureza e evolução de avaliação

Segundo Ernest House, a avaliação é uma atividade humana que separa entre o bom e o mau. Na sua origem, a avaliação existe já há muitos anos:

Separar lo malo de lo bueno es, desde muy antiguo, una actividad humana, esencial para la misma sociedad. Aunque a menudo se ha concedido autoridad a las instituciones para hacer juicios de valor, solo en los últimos tiempos se ha formalizado la evaluación de los programas públicos de manera que constituya una actividad independiente como tal incluso una nueva disciplina (House, 1997:17)

Tal como afirma House, a avaliação surgiu como um direito próprio com um conjunto de modelos e enfoques e com os seus próprios critérios, princípios e normas. Na prática, avaliação surgiu para responder às necessidades de classificação, certificação, e mais tarde, a de informar a deliberação política em distintos níveis de ação e de rendição de contas educativas.

Acresce ainda House (1997:19) que a avaliação é “fundamental e inextricavelmente uma parte da situação pública, uma decisão coletiva”, declaração por muitos avaliadores, indicando a significação do processo de avaliação em macropolítica de câmbio. Daí contando com um perfil contemporâneo de avaliação. Por outra parte, Simons (1987) caracterizou a avaliação como “serviço, prático, particularizado, político, persuasivo, e educativo”. No quadro da lógica da ação, estas caracterizações de Simons podem ser compreendidas a partir dos objetivos, as modalidades e os instrumentos de avaliação adotados, os efeitos ou consequências dos processos de avaliação, o poder de avaliar, de participação na avaliação e na interpretação dos resultados entre outros elementos, diferem substancialmente consoante o protagonismo atribuído a conceções dos programas educativos e das estruturas da própria Instituição que está sob a avaliação e tal envolve necessariamente opções políticas e visões do mundo institucional em diferentes

ações (cf. House & Howe, 2001). Entretanto, pode-se definir a avaliação, no seu sentido mais amplo,

como um processo que visa à coleta e ao uso de informações que permitam decisões sobre um programa educacional. A avaliação, portanto, deve ser entendida como uma atividade diversificada, que exige a tomada de vários tipos de decisões e o uso de grande número de diferentes informações. A avaliação com vistas ao aprimoramento de currículos, não deve ser confundida, como muitos o fazem, com a construção de instrumentos de medida e a obtenção de escores de fidedignidade, processos que, eventualmente, podem entrar no contexto da avaliação, mas que não são indispensáveis para que ela possa atingir seus objetivos (Cronbach, 1963; obs. cit Vianna, 2000:68).

É certo que esta afirmação reflete-se no eixo da avaliação dos objetivos das Instituições Educativas para a “tomada de decisão”, sendo assim, quais são as decisões que devem ser tomadas e quais os instrumentos a utilizar para tal fim? A este respeito, devemos usar três âmbitos de alcance dos valores para obter um resultado positivo nas avaliações: “Há valores para um sujeito, há valores para uma cultura, há valores para a humanidade. O singular, o parcial, o universal. A avaliação é uma medida e uma referência de valor para um, ou dois, ou os três âmbitos” (Casali, 2007:13). Partindo destes valores, podemos tomar em consideração a avaliação como sendo um esforço sistemático para recolher, tratar e processar os dados válidos e fidedignos e as informações, dos quais a conclusão ou realidade pode ser encontrada. Esta realidade é, pois, aplicada como gestão das atividades para assegurar o progresso ou o desenvolvimento institucional. A avaliação revela o empreendimento de uma Instituição ou programa, e serve como um instrumento importante de gestão para garantir a existência ou sobrevivência de uma Instituição ou programa¹.

1.1. Concepções de Avaliação Institucional

Antes de considerar a Avaliação Institucional, é importante levantar a questão: o que é uma Instituição? A que se refere o termo Institucional, na expressão “Avaliação Institucional”? A Avaliação Institucional é um processo sistemático de identificação de méritos e de valores, de factos e de expectativas; é uma atividade complexa que envolve:

¹ Vide o documento de *Plano Estrategico da Universidade Nacional Timor Lorosa'e de 2007-2017*.

múltiplos instrumentos; diferentes momentos; diferentes agentes. A sua finalidade é promover o desenvolvimento e a consolidação das Instituições, elevando a qualidade das suas ações e produtos. Segundo os órgãos normativos, é realizada para verificar o desempenho das Instituições de Educação Superior em atendimento às exigências legais estabelecidas pela agência avaliadora da Educação Superior que no caso de Timor-Leste é a Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (ANAAA).

Dias Sobrinho (1996:5), ao tratar da Avaliação Institucional afirma:

Institucional se refere, ao sujeito, ao objeto e à relação entre um e outro, ou seja, ao modo como o processo se realiza. [...] O sujeito é considerado institucional uma vez que são os próprios agentes da Instituição ou da comunidade científica e social constituída e legitimada que realizam o processo. O objeto da avaliação é a Instituição, a plenitude de suas estruturas e relações internas e externas. Os sujeitos da avaliação constroem um projeto ou desenho e também produzem praticamente um processo segundo os critérios, objetivos e procedimentos públicos da comunidade, isto é, à maneira institucional e com os dispositivos da Instituição.

Ainda sobre esta questão, Lapassade (1971, apud Dias Sobrinho, 1996:17-18), destaca que uma Avaliação Institucional significa “um balanço institucional”, ou seja,

[...] é a promoção de um método de interpretação analítico e pedagógico que consiste em instituir, numa organização social determinada, por exemplo, numa escola, num instituto, numa Universidade, a análise coletiva, isto é, feita em princípio por todos os membros, das estruturas e dos fins da organização, assim como, dos meios utilizados para atingir esses fins.

Sobre a avaliação nas Instituições da Educação Superior, especificamente nas Universidades, Dias Sobrinho (*Ibidem*:5) salienta:

A Avaliação Institucional é competência da comunidade científica que a consolida, através de processos internos e externos, como um capital cultural e pedagógico permanente, que passa a fazer parte ativa das estruturas científicas e educativas [...] Também, a Avaliação Institucional busca projetar uma visão compreensiva e crítica sobre o conjunto articulado de dimensões, estruturas ou relações que constituem a totalidade [...].

Dias Sobrinho percebe a comunidade científica como núcleo organizador do processo da Avaliação Institucional. Sobre esta questão, Leite e Balarine (1998:52) sinalizam a tensão entre o Estado e a comunidade académica “[...] em nível de concepções, finalidades e objetivos da avaliação.” (Gasparetto, 2000:19).

Neste contexto, segundo o decreto-lei n.º 21/2010 de 1 de Dezembro, artigo 4 (ANAAA), a Avaliação Institucional pode ser um dos componentes do sistema nacional de avaliação da Educação Superior e está relacionada: a) à melhoria da qualidade da Educação Superior; b) à orientação da expansão de sua oferta; c) ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade académica e social; d) ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das Instituições de Educação Superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional².

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades: *Autoavaliação* é coordenada pela própria comissão de avaliação que no caso concreto da UNTL compete ao Gabinete para a Promoção da Qualidade (sob a responsabilidade do Vice-Reitor dos Assuntos Académicos) fazer este tipo de avaliação, orientado pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação Institucional em cada Faculdade e Departamento e outros órgãos da UNTL. *Avaliação Externa* é realizada por comissões designadas pela Agência de Avaliação e Acreditação Institucional e no caso concreto da Educação Superior em Timor-Leste compete à ANAAA realizar este tipo de avaliação. O processo de Avaliação Externa independente da sua abordagem orienta-se por uma visão multidimensional que procura integrar as suas naturezas formativa e de regulação numa perspetiva de globalidade. No seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceituais, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

Sintetizando, a realização de Avaliação Institucional tem como objetivo saber acerca da Instituição UNTL e outras Instituições de Ensino Superior de Timor-Leste assim como dos seus respetivos cursos a fim de desenvolver a consciência crítica e pedagógica e a

² Vide o DECRETO-LEI N.º 21/2010 de 1 de Dezembro “APROVA O REGIME GERAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E CRIA A AGÊNCIA NACIONAL PARA A AVALIAÇÃO E ACREDITAÇÃO ACADÉMICA (ANAAA)”, artigo 4 sobre objetivos da avaliação da qualidade. <http://www.anaaa.gov.tl/sobre-anaaa/legislacao> (acesso em 24/3/2015).

capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo. Além disso, a execução da Avaliação Institucional é uma forma de estimular e intensificar as relações de compromisso e cooperação entre os membros da comunidade acadêmica, assim como também identificar as potencialidades e fragilidades institucionais, as suas causas, consequências e possíveis soluções.

1.1.1. Concepções de Autoavaliação Institucional

Autoavaliação é uma atividade autocrítica que alguém faz de si mesmo, de seus trabalhos ou atitudes. Em relação à Avaliação Institucional, a autoavaliação é uma ação autocrítica do desempenho da Instituição. No contexto das Instituições Universitárias, a autoavaliação significa autoapreciação e/ou autoanálise tanto das atividades práticas e técnicas (de ensino e aprendizagem, pesquisa, extensão, gestão e administração), quanto das pessoas (professores, estudantes, funcionários, sociedade), como do espaço físico da Instituição.

Elementos conceituais e definições de políticas públicas na área educacional que integram as bases teóricas deste trabalho são: avaliação, Avaliação Institucional e autoavaliação Institucional. Entretanto, concepções de avaliação e de Avaliação Institucional devem dar suporte à discussão da autoavaliação Institucional, definida como objeto desta reflexão. Diligenti (2003: 21) entende que:

[...] a simples leitura da palavra avaliação remete-nos ao conceito de quantificação, medição de valores, comparação, sentimentos punitivos e também a uma forte associação com a ideia de ‘objetividade’ e ‘sucesso’ como metas e serem perseguidas.

A avaliação, considerada meramente como instrumento de medição, de classificação e ponderação, associa valores ao objeto avaliado. Assim sendo, não é automaticamente diagnóstica, não visa o processo de melhoria, mas ao contrário, pode servir para a punição e/ou penalidade. Também sugere quantificação, classificação, além da mensuração de valores de uma ação humana, de uma atividade, de um processo, de um resultado.

A avaliação é entendida como instrumento de análise das condições das atividades das pessoas. O conhecimento do desempenho e da habilidade de um sujeito avaliado tem por finalidade sua classificação segundo categorias de análise. Neste caso, o sujeito avaliado deve ser categorizado segundo escala de um sistema selecionado.

Quanto ao seu uso, a avaliação pode ser utilizada para diferentes finalidades, como afirma Scriven:

A avaliação pode ser usada para melhorar um produto comercial, um programa comunitário ou a forma de julgar o desempenho dos alunos de um distrito educacional [...] A avaliação pode ser usada para dar informações para a tomada de decisões relativas a programas em centros vocacionais de educação, clínicas comunitárias de saúde mental, escolas de Medicina das Universidades ou escritórios de extensão cooperativa dos municípios (Scriven, 1967 apud Worthen et al., 2004, p. 42-43).

Utilizada para alcançar os fins acima mencionados, a avaliação tem sido assumida como uma ferramenta básica: (a) na pesquisa, para a obtenção de informações necessárias ao entendimento e ao conhecimento do objeto que está sendo avaliado; (b) nos processos de gestão e de ensino aprendizagem, para dar suporte à tomada de decisão e orientando as ações; (c) no processo produtivo, para renovar, reconstruir e reformular a produção do objeto avaliado. Essas concepções representam uma construção teórica em torno da questão da avaliação e expressam o entendimento deste conceito, de acordo com o ponto de vista de vários autores.

1.1.2. Conceção da Avaliação Externa

Esta avaliação, inclui pelo menos três componentes: 1) O interessado que é o Governo baseando na política nacional da educação, 2) o avaliador que são os peritos credíveis; que têm os conhecimentos técnicos necessários para uma avaliação, e 3) o avaliado que é a Instituição “grupo alvo” (Plural Editores, 2007: 194).

O sentido comum desta avaliação é determinar o valor ou o mérito, independentemente, do objeto que esteja sendo avaliado. A avaliação, através da aplicação de critérios defensáveis, visa determinar o valor, a qualidade, a utilidade, a eficácia do objeto avaliado. Em relação a estas ideias, a Academia das Ciências de Lisboa, no seu Dicionário da Língua Portuguesa contemporânea, descreve que a avaliação como o ato de avaliar que envolve um processo de determinação, por ciclo mais ou menos rigoroso, do valor de algo ou do valor que é atribuído. Esta avaliação é dividida em: avaliação aferida, avaliação especializada, avaliação formativa, avaliação sumativa etc. (PE. 2007: 433).

A avaliação é considerada como instrumento de medição, de classificação, e ponderação, que associa valores ao avaliado. Nesta circunstância, compreende-se que é uma mensuração de valores de uma ação humana, de uma atividade, de um processo, de um poder e de um resultado. Considera-se também objetivos da Avaliação Externa no quadro das Instituições Educativas, nomeadamente Instituições do Ensino Superior como:

- a) uma forma de fomentar nas Instituições do Ensino Superior uma interpelação sistemática sobre a qualidade das suas práticas e dos seus resultados;
- b) uma forma de articular os contributos da Avaliação Externa com a cultura e os dispositivos de autoavaliação;
- c) reforçar a capacidade da Instituição para desenvolver a sua autonomia;
- d) concorrer para a regulação do funcionamento do sistema educativo;
- e) contribuir para um melhor conhecimento da Instituição e do serviço público de educação, fomentando a participação social na vida da Instituição e do ensino.

Segundo Afonso (1998:27) existem duas grandes formas de abordagem sociológica no campo da avaliação, aquilo que o autor designa por sociologia implícita e explícita da avaliação:

Se percorremos o campo de sociologia da educação, poderemos concluir que existem, fundamentalmente, duas formas de abordagem referentes à problemática da avaliação educacional: uma delas, que poderíamos designar por sociologia implícita da avaliação, traduz um conjunto de referências e análises sobre a avaliação que se encontram, de forma dispersa e fragmentada, em trabalhos cujo objeto genérico é a educação escolar; umas outras, que poderíamos chamar de sociologia explícita da avaliação, constituí o resultado de diversos esforços teóricos e empíricos intencionalmente estruturados em torno de avaliação enquanto objeto (exclusivo ou central) de investigação.

O documento INEP (1998:9) acrescenta que os processos de avaliação da qualidade da Instituição nos países que possuem uma preocupação básica com a educação são cada vez mais implementados e difundidos. Isto sugere que afinal a razão principal é o papel cada vez mais relevante que a Educação Superior vem assumindo num mundo globalizado, especialmente em decorrência de sua função estratégia para o desenvolvimento tecnológico, económico, social e cultural de uma nação (Neto, 2002:92; obs cit Balzan, 2005: 26).

1.2. Características Gerais da Avaliação Institucional

Avaliação Institucional é hoje um dos temas de maior interesse e foco de conflitos no âmbito da Educação Superior. As experiências em Timor-Leste não dizem respeito simplesmente a uma Instituição em particular ou até mesmo ao país isoladamente. O interesse de Avaliação Institucional não se deve somente ao seu potencial de transformação qualitativa, de melhoramento e eficácia. A avaliação de Instituições Educacionais de Nível Superior tem como finalidade a permanente melhoria da qualidade e relevância – científica e política – das atividades desenvolvidas. As dimensões integrantes do desempenho institucional são as seguintes:

1. Ensino de graduação e de pós – graduação: são considerados aspetos relativos aos conteúdos curriculares em relação a princípios técnicos básicos de cada área do conhecimento, sequência do conteúdo das disciplinas;
2. Pesquisa: relevância científica – técnico, política e social dos projetos ou linhas de pesquisa em desenvolvimento, interdisciplinaridade e continuidade;
3. Extensão: relevância científica – técnica, política e social e cultural das atividades desenvolvidas;
4. Infraestrutura para o desenvolvimento do ensino da pesquisa e da extensão, enfocando recursos humanos (qualificação e treinamento do pessoal técnico, desempenho etc.), e recursos físicos;
5. Administração: correspondendo dois aspetos: a) recursos humanos – no tocante à dimensão, função e qualificação do corpo administrativo, sejam a nível de administração central sejam nos institutos /Faculdade e Departamentos, b) estrutura administrativa e colegiais abrangendo as instâncias deliberativas, considerando eficiência e eficácia do processo decisório, legitimidade, autonomia/integração etc.

1.3. Função de Avaliação Institucional

Segundo Sales (2003), a Avaliação Institucional é um instrumento central e organizador da coerência do conjunto. A Avaliação Institucional organiza os diversos instrumentos avaliativos de acordo com o princípio da integração. O autor foca que os

três aspetos prioritários são o objeto de avaliação, o sujeito de avaliação e o processo que tem “O foco principal... sob três aspetos”:

- a) “O objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções, e finalidades de IES: dentre outros aspetos, ensino pesquisa - extensão, administração, responsabilidade, e compromissos sociais, formação etc.”.
- b) “Os sujeitos da avaliação são o conjunto de professores, estudantes, funcionários e membros da comunidade externa, especialmente convidados ou designados”.
- c) “Os processos avaliativos seguem os procedimentos institucionais e se utilizam da infraestrutura da própria Instituição” (Sales, 2003:70).

A função de avaliação tem relação com o objeto e objetivo da avaliação. Isto é conhecer as forças e os problemas da Instituição, tratar da adequação de seu trabalho com respeito às demandas sociais, as clássicas e as novas. A mesma não só levanta as deficiências, mas também identifica as qualidades e aspetos fortes da Instituição do Ensino Superior (IES). As funções de avaliação são ainda nomeadamente, as exigências que dizem respeito a autorizações de funcionamento, credenciamento, recredenciamento, transformações e demais instrumentos legais. Segundo Sales (2003:72), existe um processo de avaliação que também é muito importante a Avaliação Interna – autoavaliação. Através dela, as Instituições conhecerão melhor a sua própria realidade e poderão praticar os atos regulatórios que considerem necessários para cumprir com mais qualidade, e poderem responder sucessivamente a todas as questões que vem da Avaliação Externa. Sales sublinha ainda que a função mais importante da avaliação é produzir conhecimento para identificar as causas dos problemas e deficiências e, ao mesmo tempo, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos professores, para que se tornem mais efetivas à vinculação da Instituição, prestando contas à sociedade, justificando a sua existência e procurando fornecer as informações necessárias que se relacionam com o conhecimento do Estado e da população em geral, e da população timorense em particular.

Além disso, Balzan reforça que a Universidade, como uma Instituição do Ensino Superior, na sua função aplica três aspetos: ensino, pesquisa e extensão, ele traz-nos quatro considerações finais: 1) a autonomia universitária (condição fundamental para que a Universidade se realize com qualidade e se justifique como uma Instituição social necessária e relevante), 2) a Institucionalização (a organização das relações sociais e de

trabalho e o exercício da democracia em toda a estrutura formal da Universidade), 3) A questão Pedagógica (a dimensão mais universal e permanente da Universidade por meio da qual esta Instituição se distingue das outras), e 4) A avaliação (uma categoria imprescindível dessa produção contínua da Universidade). A Instituição precisa saber, de forma permanente e integrada, quais os valores dominantes nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, e nas suas práticas administrativas (Balzan, 2005: 33).

1.4. A necessidade de ter “Acreditação”.

Em qualquer país do mundo, o estabelecimento de qualquer Instituição e de qualquer nível e estado, necessita de processo e estudo de viabilidade para recolher informações concretas sobre os seus critérios fundamentais; e para tal competência, tem de ter um fundamento legal e de Lei de Bases da Educação.

a) O artigo 59, ponto 4 refere : *“O Estado garante ..., o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica ...”*; b) na Lei de Bases da Educação, artigo 26, Estabelecimento de Ensino Superior, ponto 7 ainda reflecte : *“O Governo regula, através de decreto-lei, os requisitos para a criação de estabelecimentos de Ensino Superior, de forma a garantir o cumprimento dos objetivos do Ensino Superior, a qualidade do ensino ministrado e da investigação realizada, bem como a relevância social, científica e cultural da Instituição”*; c) e no artigo 43º, acreditação se enfoca mais que, *“A acreditação consiste no reconhecimento formal do Estado da qualidade de um estabelecimento de ensino, após uma avaliação contínua, objectiva e contextualizada a esse mesmo estabelecimento”*.

É com base nessas Leis como instrumentos reguladores que se estabelece a comissão nacional de acreditação, com a devida competência de avaliar as Instituições do Ensino Superior daqueles proponentes interessados, individual ou grupo, público ou privada, etc.

Tudo isso tem de ser processado através desta comissão que é reconhecida formalmente pelo Governo por ter mérito de reputação científica de nível nacional e internacional.

Para Timor-Leste, como Nação recém-criada, onde as Universidades e Instituições crescem como cogumelos em solos húmidos, em curto prazo e de motivo confuso e sem controlo, sem dúvida, que se impõe a necessidade de estas Instituições serem acreditadas.

1.5. Níveis de exigência da Avaliação Externa

Na maior parte dos países que apresentam listas preestabelecidas existem escalas de notação que constituem um guia para os avaliadores classificarem o que observam.

Escalas de notação para os critérios de processo

- a) Uma escala específica para cada parâmetro - para cada parâmetro há descrições específicas do que corresponde a cada nota. Podem ser 4 ou 2 níveis (positivo e negativo, neste último caso);
- b) Uma escala única aplicada a cada parâmetro - há escalas de 1 a 4, 1 a 5 e 1 a 7, A ocorrência de pontos fortes e de pontos fracos é a referência mais comum para a construção das escalas;
- c) Uma escala de notação aplicada à atividade global da Instituição, por exemplo: excelente, muito bom, médio, sofrível e inaceitável.
- d) Inexistência de notação definida a nível central.

Referência a um nível padrão para os critérios de produtos

A standardização dos níveis de exigência pode ser: uniforme para todas as Instituições e comparando com as médias nacionais ou regionais, adaptada em função do contexto da Instituição; uniforme para todas as Instituições e adaptada em função do contexto da Instituição e das características dos alunos, quando a situação de cada Instituição face às médias é ponderada por fatores de contexto.

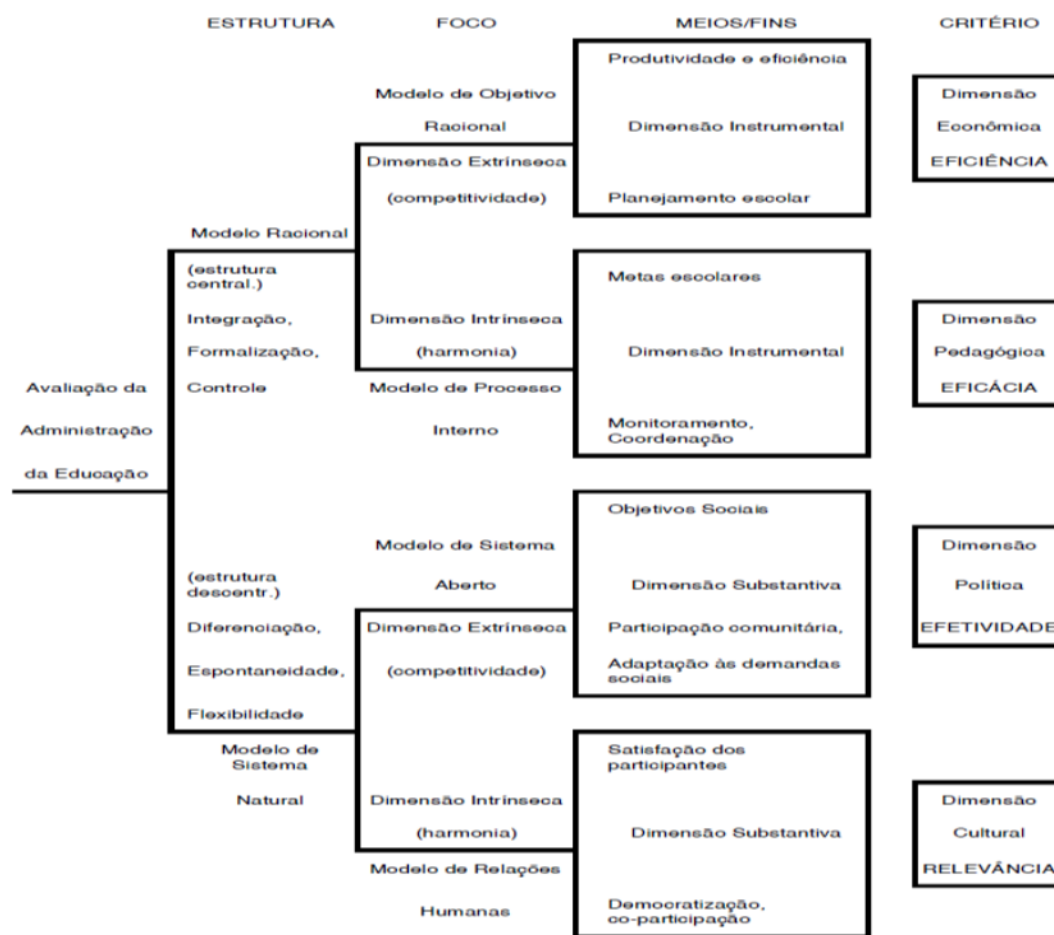
As condições específicas de cada Instituição, relativamente aos valores médios, torna possível calcular o “valor acrescentado da Instituição”, permitindo que as mesmas tenham o seu trabalho reconhecido ainda que as situações de desigualdade na educação sejam assinaladas

2. Modelos de avaliação

Segundo Vianna (2000), os Modelos de Avaliação Educacional não têm servido apenas para verificar a função de desempenho, mas também têm servido para aferir a qualidade de programas, projetos, cursos e Instituições. Defende ainda que a natureza da avaliação se orienta para uma conceção filosófica da natureza humana (cf. Cousins &

Earl, 1995; House, 2000; Saul, 2001; House & Howe, 2001; Leite, 2005). Daí, compreende-se que a avaliação seja um ato de julgamento profissional, sustentado pelo processo de tomada de decisão; além disso, no processo de realização de avaliação é necessário valorizar a importância de um trabalho exaustivo na clarificação do ato de julgar. Só assim, podemos criar o processo de tomada de decisões de acordo com as escolhas que o avaliador faz. A Instituição deverá também proceder a autoavaliação antes do processo de Avaliação Externa.

Figura 1-O modelo de avaliação do desempenho da administração da escola (Broti & Lapa, 2007:636)



A avaliação incide predominantemente sobre os indivíduos e sobre o “sistema”, concentra-se agora nas Instituições, nomeadamente na UNTL, caso em estudo: procura-se multiplicar a observância de estudos sobre a eficácia da Instituição; as características da Instituição; a melhoria do espaço de ensino e de aprendizagem; o “efeito-estabelecimento”. Na mesma vertente, considera-se central a análise da Instituição escolar como organização ou Instituição, desenvolve-se o discurso político transversal sobre a

Instituição como “unidade crítica” do sistema educativo ou cultiva-se a ideia da “escola como unidade básica de mudança” (Murillo, 2003).

Avaliar é tomar posição face ao valor de algo, seja aluno e/ou Instituição (Hadji, 1994). Avaliar significa verificar o plano de ação do programa anual de uma Instituição Pública ou Privada. A UNTL, por exemplo, é uma Instituição Universitária Pública que necessita de uma avaliação criteriosa para o seu desenvolvimento e visibilidade institucional na comunidade académica internacional. Podemos fazer uma avaliação sobre os programas educacionais da UNTL através de investigação formal para perceber o funcionamento administrativo, educativo e ação social. Para que isso aconteça, a avaliação deve ser voltada para as atividades do programa, os objetivos traçados e as metas que se pretendem alcançar. Com esta forma de avaliação, queremos apreciar a importância que a Instituição atribui ao julgamento de valor ou mérito em função do conteúdo curricular e dos conceitos do processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação coloca novas exigências ao avaliador: as de saber apreciar os dados para uma decisão adequada. É neste âmbito que Hadji (1994) defende o avaliador como um sujeito que determina os objetivos de avaliação, construindo não só com sistemas de referência e de interpretação, mas alguém que reúna e utilize os instrumentos adequados como situações-problema, instrumento de observação, de comunicação e auxílio no desenvolvimento de um processo das tomadas de decisões no ato de realização da própria avaliação.

Avaliar não é apenas medir certas situações que norteiam a realidade de uma Instituição Educacional, mas entende-se que a essência da avaliação é, em si mesma, mais do que fazer medida, pois além disso inclui já os julgamentos de valor, classificando comportamentos mais ou menos adequados em função dos objetivos educacionais fixados (Goldberg, 1980). Todavia, em qualquer nível de atuação, a avaliação tem sempre uma dimensão política. O avaliador, além de necessitar saber das intervenções políticas nas suas atividades, deve também compreender as “resistências” que resultam do “medo” que acompanha o “uso do poder avaliativo”, medo este que está, em parte, a decorrer nas avaliações feitas à Instituição.

Não se pode confundir Avaliação Institucional, no caso da UNTL, com a aplicação da ética do trabalho, se a medida de avaliação está num momento inicial não é o momento certo para realizar um julgamento de valor. Na avaliação interagem diferentes variáveis. Existem muitos fatores ligados ao contexto em que o processo educacional ocorre na

Instituição e que não estão diretamente ligados a ela, mas que devem ser considerados na avaliação porque é através das variáveis que resulta o quadro final da avaliação com diferentes elementos alternativos para a tomada de decisões e o estabelecimento de ações (Vianna, 2000; Bitar, 1998).

A avaliação é um ato de merecimento. Determinar a valia ou o valor. - Calcular, estimar” e o avaliador é “aquele que avalia” (Ferreira, 1986:205). Numa dada circunstância, a avaliação ou o valor determinado pelos avaliadores significa “Apreciar ou estimar é feita por peritos, cuja função é determinar o valor de certos bens ou direitos. Salientamos, desta forma, que a avaliação é um ato de avaliar e determinar, por ciclo mais ou menos rigoroso, o valor de algo, valor que é atribuído. Por isso mesmo, a avaliação “espelha ou reflete, de maneira implícita ou explícita, algum valor que possibilita ao avaliador julgar e comparar diferentes realidades num determinado contexto educacional” (Vale, 1979:2) e é um “processo mediante o qual se determina o grau em que as mudanças comportamentais estão realmente ocorrendo” (Tyler, 1976:98).

Contudo, a avaliação para uma classificação tem relação com a acreditação. Segundo a Academia das Ciências de Lisboa (ACL), a acreditação é um ato de reconhecimento de pessoas ou entidades, curso, para efeitos oficiais, legais, profissionais. Ex.: Acreditação de uma escola ou Instituto de Ensino Superior. Isto também pode ser um tipo de autorização para efeitos de exercício de uma atividade. O resultado desta avaliação de classificação poder ser acreditado ou não acreditado. Se caso, mais tarde tiver o resultado “acreditado quer dizer merecimento, confiança: que goza de crédito, que tem boa reputação. Isto é um reconhecimento legal e internacional face aos outros. (AC, 2001:66).

2.1. Relação entre modos de Avaliação Externa e Interna

No campo de educação, a avaliação é aplicada e utilizada comumente para aferir o nível de aplicação da ética do trabalho, nomeadamente o funcionamento do sistema educativo, administrativo e a ação social. Esta é também utilizada para julgar o trabalho das Instituições de ensino e dos sistemas educacionais como a UNTL, por exemplo, verificar a sua eficácia e eficiência; identificar os efeitos produzidos na política de implementação do programa curricular; outras atividades académicas e de ação social, e

ainda a identificação da consecução de objetivos previamente propostos no Plano de Ação Anual.

Tudo isso pode ser visto na “tradicional dimensão técnica e instrumental da qualidade, entendida como a adequação de recursos e procedimentos em relação às finalidades enunciadas” ou como “uma dimensão política onde se realçam os valores que são dominantes nas políticas e práticas organizacionais” (Afonso, 2002:54) como componente de uma estratégia de *marketing* e da relação entre modos de Avaliação Interna e Externa. (Costa & Ventura, 2002)

Em certos casos, a avaliação é um processo independente, seja de carácter comparativo, seja de carácter complementar; noutros casos, a avaliação é interdependente, quando se liga ao processo de externalização da própria avaliação, ou seja, Avaliação Externa que se refere aqui, nomeadamente no caso da UNTL, deve ter por base, em parte, os juízos estabelecidos pela Avaliação Interna (que nunca se realizou desde a criação desta Instituição Universitária Pública), quando uma e outra interagem, aproveitando mutuamente as conclusões ou quando a Avaliação Externa consiste na supervisão do processo de Avaliação Interna. Salienta-se, por outras palavras, a expressão Avaliação Institucional é utilizada ainda para avaliação da implementação de planos ou projetos, dos resultados obtidos ou do impacto causado. Assim, a avaliação extrapolou os limites das relações de ensino na sala de aula e passou a mensurar a própria Instituição, o sistema educacional e as políticas que regulam o setor de acordo com os compromissos e metas estabelecidos (cf. Leite; Tutikian & Holz, 2000).

Situações de independência

A independência entre os modos de avaliação que ocorrem em alguns países, por exemplo, os PALOP e Timor-Leste, onde a Avaliação Interna está em desenvolvimento (e até nalguns casos não ocorre este tipo de avaliação, concretamente nas Instituições de Ensino Superior de Timor-Leste, especificamente na UNTL). É por isso que é muito difícil distinguir os processos paralelos ou complementares de Avaliação Externa de uma Instituição como a UNTL, porque existem interesses entre órgãos diretivos das diferentes Instituições de Ensino Superior. Os casos em que os processos são paralelos encontram-se em países em que a Avaliação Externa não é obrigatória ou só o foi recentemente e

ainda está em fase de regulamentação. Mesmo assim, podem contribuir para o mesmo plano de melhoria da qualidade de ensino e de aprendizagem (cf. Azevedo, 2007).

As situações de complementaridade ocorrem quando os processos de avaliação seguem os diferentes critérios, por exemplo, um processo avalia as funções de ensino/aprendizagem e outro avalia as funções de gestão.

Situações de interdependência

A propósito deste ponto, José Maria Azevedo (2007:28) apresenta três tipos de situações onde os modos de avaliação são interdependentes:

- “Utilização dos resultados da Avaliação Interna no quadro da Avaliação Externa, como análise preliminar ou como elemento de informação e referência permanentes”;
- “Utilização dos resultados de uma avaliação no quadro da outra. Por exemplo, os resultados da Avaliação Externa, realizada por inspetores, são transmitidos à escola para serem tidos em devida conta nos processos de Avaliação Interna subsequentes”;
- “Supervisão da Avaliação Interna como Avaliação Externa. Os critérios de Avaliação Interna são decididos pela escola, mas os procedimentos são ora impostos ora recomendados pelas autoridades centrais e por estas avaliadas. Assim, quando se pretende promover um processo de melhoria, é mais adequado que a avaliação seja participativa, a começar pela escolha dos objetos, dos critérios e dos procedimentos.”

Seria aconselhável que a UNTL seguisse os três tipos de situações de interdependência para fazer a gestão de Avaliação Interna e para que pudesse responder aos objetivos como a prestação de contas e melhoria da qualidade, evitando tensões e dificuldades.

Em linhas gerais, a UNTL deve agrupar os diversos tipos de avaliação, mas fundamentalmente, pode aplicar os dois grandes modelos de avaliação: a) os modelos educativos e/ou formativos, cuja principal finalidade é desenvolver e aprimorar a qualidade do trabalho produzido pela Instituição avaliada. Este modelo é caracterizado pela ênfase na análise qualitativa e incentiva o envolvimento de todos os segmentos da Instituição na construção e execução do processo, portanto é participativo e mais democrático; b) os modelos regulatórios, cuja principal finalidade garante o cumprimento das regras de funcionamento pré-estabelecidas para o sistema, garantindo,

consequentemente, o nível de qualidade do trabalho das Instituições avaliadas. O modelo tem, como principal característica, a ênfase na análise quantitativa, sendo tecnocrático e centralizador (cf. Ribeiro, 2009:60-61).

Além disso, a forma da Avaliação Institucional que a UNTL pode considerar como “princípios básicos” da sua autoavaliação³, tanto a nível interno bem como a nível externo deve: a) melhorar a qualidade de ensino, da infraestrutura e dos serviços prestados ao processo de aprendizagem dos alunos; b) melhorar a qualidade do ambiente de trabalho, dos planos de capacitação e alocação das atividades aos prestadores de serviços; c) melhorar os serviços prestados pela Instituição à sociedade, na melhor adequação dos cursos oferecidos ao setor produtivo da região, na participação da Instituição no desenvolvimento regional, no aumento da qualidade da educação na região, na melhoria na oferta de cursos e formação profissional qualificada; d) gerir os indicadores necessários que norteiam o plano de desenvolvimento institucional e o planeamento estratégico da Instituição na melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade interna e externa.

Parte dos pressupostos referidos, frisam que as prescrições ou recomendações relativas aos documentos que constam na Avaliação Interna contemplam: documentos da Instituição com a definição da sua política educativa, listas de temas definidos a nível central, legislação ou objetivos definidos a nível central, objetivos das autoridades locais em educação, critérios utilizados pela Avaliação Externa, indicadores dos resultantes de exames nacionais ou regionais e indicadores de contexto.

2.2. A definição dos critérios de Avaliação Externa

É necessário definir os critérios de Avaliação Externa para garantir o máximo de objetividade possível de uma Instituição que está a ser alvo de avaliação. Em certos

³ No quadro de autoavaliação, a UNTL deve disponibilizar alguns instrumentos de apoio no sentido de facilitar o processo de realização da autoavaliação: um conjunto de ligações eletrónicas a páginas onde poderá ser encontrada informação diversa da Instituição com relevância, tais como modelos de avaliação ou projetos internacionais relacionados com esta temática; informação sobre bases bibliográficas nacionais, designadamente teses e estudos institucionais; roteiros e de outros materiais de apoio a atividades de Avaliação Externa ou de meta-avaliação desenvolvidos pela UNTL; informações sobre o estado da arte em matéria de autoavaliação noutros países como Portugal e Brasil a partir de um questionário preparado pela UNTL; um portefólio de legislação, contendo os diplomas legais que fazem referências diretas à autoavaliação ou com particular relevância para tal; informações sobre a participação da UNTL nas atividades formativas ou informativas fundamentais para a realização do processo de autoavaliação de suas respetivas Faculdades e departamentais.

países, os avaliadores dispõem de listas de critérios definidas ao nível central, pelas inspeções ou pelos serviços da administração educacional. E, quando não há listas pré-estabelecidas, os avaliadores constroem os critérios tendo em conta os principais documentos legislativos, uma lista de temas estabelecida a nível central, os objetivos da política educativa nacional e local e ainda os objetivos formulados pela própria Instituição. Contudo, para avaliações parcelares, os avaliadores são totalmente livres de escolherem os critérios (Cf. Azevedo, 2007:29).

2.3. Critérios de Avaliação Externa: processos e produtos

No âmbito institucional, os critérios de Avaliação Externa centram-se nos processos da própria avaliação e produtos avaliados. Sendo assim, não existe uma relação direta entre o nível administrativo de que depende o avaliador (nível central, autoridades educativas regionais e Governos locais) e o tipo de critérios que se centram umas vezes nos processos (atividades) e outras nos produtos (resultados, essencialmente ligados aos conhecimentos adquiridos pela Instituição). Todavia, quando os avaliadores dependem do nível central o que se verifica é uma tendência para uniformizar os critérios.

Em todo o caso, a maioria dos modos de avaliação incide tanto sobre os processos como sobre os produtos e visa uma avaliação global da Instituição, que regra geral dispõe de listas de critérios, que dependem do nível central. A avaliação que incide unicamente sobre os processos é geralmente limitada relativamente à verificação do cumprimento pela Instituição do regulamentado em matéria de gestão da Instituição (infraestruturas, gestão do orçamento, composição das turmas, carga horária dos professores, etc.).

2.4. Critérios de Avaliação Externa – parâmetros utilizados

Apesar da progressiva orientação para a avaliação pelos resultados, ainda é sobre os processos internos da Instituição que incide grande parte da avaliação, tanto para verificar o respeito pelas normas e regulamentações como o exercício das áreas de autonomia da Instituição.

Neste caso, a UNTL pode utilizar os parâmetros de processo e parâmetros de resultados para construir a sua proposta de avaliação, capaz de produzir um olhar o mais abrangente possível sobre a Instituição, de modo a permitir um planeamento institucional, com ações voltadas para a melhoria contínua da sua qualidade académica, seguindo o

documento *Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior* (INEP, 2004:17; obs. Cit. Ribeiro, 2009:75-76), onde se informa sobre o que é avaliado em cada nível:

- a) Nível declaratório: analisa os textos que fundamentam o projeto institucional que, em geral, está enunciado sob a forma de princípios coerentes, embora possa haver contradições entre os objetivos e o projeto;
- b) Nível formativo: avalia a coerência entre as normas institucionais e a gestão prática das Instituições de Ensino Superior;
- c) Nível da organização: avalia se a Instituição conta com instâncias que promovam a qualidade compatível com as modalidades de ensino, pesquisa e extensão e sua efetividade acadêmica e social;
- d) Nível dos resultados: avalia a eficácia e efetividade acadêmica e social dos processos desenvolvidos: formação de profissionais, produção acadêmica, artística e cultural disseminada no âmbito técnico-científico e social, entre outros.

A articulação destes níveis possibilita a formulação de um conceito de qualidade da administração educativa da UNTL, onde “a dimensão instrumental é submetida pela dimensão substantiva e a dimensão individual está estreitamente vinculada à dimensão coletiva” (Sander, 1995:154). Nesse contexto, pressupõe-se que a administração educativa da UNTL é multidimensional e interdisciplinar e, por isso, o sistema de funcionamento deve ser avaliado a partir de múltiplos critérios.

2.5. Consequências da Avaliação Externa para as Instituições

Para Azevedo (2007:36), as consequências da Avaliação Externa são multidimensionais e variam muito de país para país. Nos países em que a avaliação é, sobretudo ou exclusivamente, administrativa ou financeira, não há qualquer sequência ao processo de avaliação. Porém em outros países as situações de Avaliação Externa efetuadas são baseadas em três dimensões: a) a avaliação dá origem a recomendações ou mesmo a instruções dos avaliadores ou das autoridades educativas, visando desencadear um processo de melhoria da qualidade. As Instituições não são obrigadas a responder; b) a avaliação coloca as Instituições na obrigação de produzirem um plano de melhoria que estructure e organize os objetivos a prosseguir; c) a avaliação leva a sanções, diretamente

administradas pelos avaliadores ou providas das autoridades educativas. Tais sanções podem afetar a Instituição ou os responsáveis, pela diminuição de recursos, pela retirada de certas prerrogativas, pela instauração de processos dirigidos contra determinadas pessoas ou ainda pela exoneração de funções de direção ou de coordenação (cf. Azevedo, 2007:37).

3. Os avaliadores

Os avaliadores possuem capacidade cognitiva e comunicacional para fazer avaliação e/ou investigação do fenómeno que é de interesse público, o que consiste, necessariamente, na responsabilidade ética ao difundir e divulgar resultados de suas pesquisas, que devem estar assentadas no termo “credível”. Azevedo (2007:39) adverte que os avaliadores dependem, na maior parte dos casos, de Departamentos centrais, designadamente inspeções. O serviço responsável pela avaliação das funções educativas pode ainda depender de uma instância mais ou menos descentralizada, como ocorre em França e na Áustria, ou ter um elevado grau de autonomia, como é o caso dos serviços de inspeção na Holanda ou no Reino Unido. Assim, é fundamental que os avaliadores considerem os interesses institucionais, valores e visões comunais, incluindo as várias audiências em relação ao programa a ser avaliado.

Os avaliadores têm obrigação moral de valorizar a visão social contida na prática avaliativa e que influencia diretamente na escolha dos critérios mais adequados, capazes de responder às questões pertinentes à investigação, no caso, da qualidade dos dispositivos educativos no sistema de ensino e de aprendizagem. Os avaliadores não podem ignorar também os princípios e processos metodológicos da avaliação, neste caso, a relevância em se levantar os princípios que devem permear os seus processos, preceito que não pode ser preterido em todo e qualquer ato de avaliação. Mas, o que é importante aqui é saber e reconhecer o processo de descoberta e de atribuição de valores a alguma coisa; só assim, podemos “iluminar o raciocínio” (Kemmis, 1989).

No âmbito de *qualificações e experiência profissional*, Azevedo (2007:39) adverte que para ser avaliador é necessário ter uma habilitação académica de docência no nível que se vai avaliar e ter uma experiência profissional na educação, administração e na investigação ou especificamente na docência e na gestão ou direção de Instituições. A experiência mínima requerida varia entre 3 a 19 anos. Para além da formação específica,

a admissão pode estar condicionada à aprovação num exame. Diversos países exigem que os avaliadores tenham uma formação específica em avaliação, mesmo que essa formação ocorra após o recrutamento ou a nomeação. O período de formação varia entre as três semanas e os três anos.

Quando o processo de avaliação inclui as funções administrativas, é frequente ser exigida experiência na gestão e direção de escolas e/ou formação específica, embora neste campo seja mais valorizada a experiência no “terreno” que a formação institucionalizada. Para avaliar as Instituições do Ensino Superior de Timor-Leste, como a UNTL, com mais detalhe, é necessário reunir as diversas competências e alguns serviços que constituem equipas de avaliação. Em casos limitados, é necessário recorrer ao apoio de especialistas externos para o tratamento de questões específicas, tal como aconteceu na UNTL entre os anos de 2008 e 2013, em que a Instituição recorreu a peritos internacionais.

No quadro de *relação entre o estatuto e as qualificações requeridas*, Azevedo (2007:40) considera que os avaliadores têm o estatuto de funcionários permanentes dos organismos responsáveis pela Avaliação Externa das Instituições e são admitidos através de concursos públicos, dado que isso, cria uma estabilidade de estatuto, correspondendo a uma maior exigência nas condições de acesso, uma probabilidade mais elevada de ser necessário passar por um período probatório e regras mais apertadas de incompatibilidade com outras atividades profissionais ou políticas. Exemplo disso é o Reino Unido que apresenta a situação de maior diversidade no recurso à colaboração de não-funcionários. Assim, ao lado dos Inspectores de Sua Majestade, funcionários permanentes, trabalham os *lay inspectors*, os *associated assessors* e os *enrolled inspectors*. A mesma situação é encontrada nas Instituições Governativas e as Instituições de Ensino Superior de Timor-Leste.

Em síntese, Azevedo (2007:40) sustenta que os avaliadores externos elaboram um relatório final com os resultados da sua avaliação, identificando os pontos fortes e os pontos fracos da Instituição e expondo as situações de não cumprimento de obrigações legais. Na sequência, compete à Instituição e às autoridades educativas tomarem as medidas necessárias. Em casos limitados, os avaliadores devem ir mais além, pois estão autorizados a (i) dar instruções à Instituição para remediar as situações que não respeitam a legalidade, (ii) acompanhar os planos de ação adotados pela Instituição ou pelos autoridades educativas mais próximas, (iii) fixar as datas limite para a concretização das

mudanças, (iv) verificar se essas mudanças foram concretizadas e intervir em caso negativo.

4. Processo de avaliação

4.1. Etapas da avaliação

Azevedo (2007:35) adverte que na fase preliminar, os avaliadores recolhem e analisam sistematicamente documentação sobre a Instituição antes de a visitarem, como forma de melhor prepararem o seu trabalho. Essa documentação inclui relatórios administrativos, estatísticos ou financeiros, queixas apresentadas, resultados de testes ou exames internos ou externos, avaliações precedentes, questionários efetuados junto do pessoal e documentos preparados e fornecidos pela Instituição (brochuras de apresentação, projeto educativo e curricular, projeto de comunicação, etc.). Quanto mais extensa e intensa é a avaliação, mais desenvolvido é este trabalho prévio. Esta recolha não se realiza quando não está prevista a visita à Instituição ou quando o objeto da avaliação é muito restrito.

Na fase de consulta aos responsáveis do estabelecimento educacional, antes da redação do relatório final da avaliação, na opinião de Azevedo (2007:36) deve dar-se a possibilidade às instâncias dirigentes da Instituição de se pronunciarem sobre uma versão provisória do relatório final, apresentada oralmente, por escrito ou das duas formas, tendo em vista a correção de erros factuais ou a clarificação de certos pontos. Na maior parte dos casos, o diretor ou a equipa dirigente são consultados; em muitos casos, a consulta abrange também os Conselhos e Dirigentes da Instituição – concretamente a UNTL, caso em estudo, toda a consulta abrange o Conselho Geral, Conselho de Gestão e o Conselho Pedagógico, mas isto não está atualizado e não está aplicado de acordo com o Estatuto da UNTL.

No aspeto de Sequência da Avaliação (Follow up), Azevedo (2007:36) justifica que os mesmos avaliadores ou colegas pertencentes ao mesmo organismo de avaliação, verificam em que medida as Instituições atingiram os objetivos definidos e seguiram as recomendações que lhes foram feitas. Esta verificação implica a realização de um procedimento suplementar que visa reforçar as funções de controlo e de apoio à melhoria da qualidade do sistema educativo. Em alguns países, o acompanhamento posterior é sistemático e está regulamentado, noutros, em maior número, esse acompanhamento só acontece em situações específicas, designadamente quando os resultados da avaliação

foram insatisfatórios como se verifica no documento de avaliação de 2013 feita pelos peritos internacionais à UNTL.

4.2.Publicação dos resultados da Avaliação Externa e sua ligação com sistema educativo

José Maria Azevedo (2007:37) adverte que a publicação dos resultados de avaliação de cada Instituição é cada vez mais frequente, embora esta ainda não seja a prática da maior parte dos países. A decisão da divulgação situa-se entre as pressões dos media e dos que defendem a transparência e o direito à informação e à escolha da Instituição e a vontade de evitar classificações apressadas das mesmas ou a regulação do sistema educacional feita pelos mecanismos do mercado.

A situação mais frequente na utilização dos resultados da Avaliação Externa das Instituições para a avaliação do sistema educativo é a da elaboração de um relatório nacional com base nos resultados do conjunto das Instituições avaliadas. Esse relatório constitui uma fonte de informação para o exercício das funções de regulação e controlo do sistema educativo. Nestes casos, a avaliação é um processo regular com periodicidade definida.

4.3. Resultados e usos da avaliação

O resultado da avaliação pode ser usado como sendo uma base para o planeamento do desenvolvimento. A avaliação deve ser planeada de tal maneira que ela possa ser usada para colher informações necessárias, os objetivos (incluindo os requisitos mínimos), a absorção, o processo e a produção/resultado. Em acréscimo, deve-se também incluir a execução de indicadores que cubram a eficiência, a produtividade, a efetividade, a responsabilidade, a capacidade/flexibilidade inovadoras e a atmosfera ou ambiente académico. Reflete-se que o objetivo e o benefício da avaliação é para ter os resultados esperados e no fim os usos do resultado da avaliação.

Para Dias Sobrinho (2005) os resultados da avaliação são classificados em dois níveis distintos: a) Aqueles relativos à unidade de análise, que tanto podem ser os indivíduos (isto é, servidores docentes ou técnicos administrativos e alunos) quanto as instâncias institucionais (Faculdades, Departamentos, cursos, etc); b) Aqueles relativos à Instituição académica como um todo, seja na sua constituição interna, seja na sua inter-relação com a sociedade e com a ciência, o que vai expressar o cumprimento (ou não) de sua função

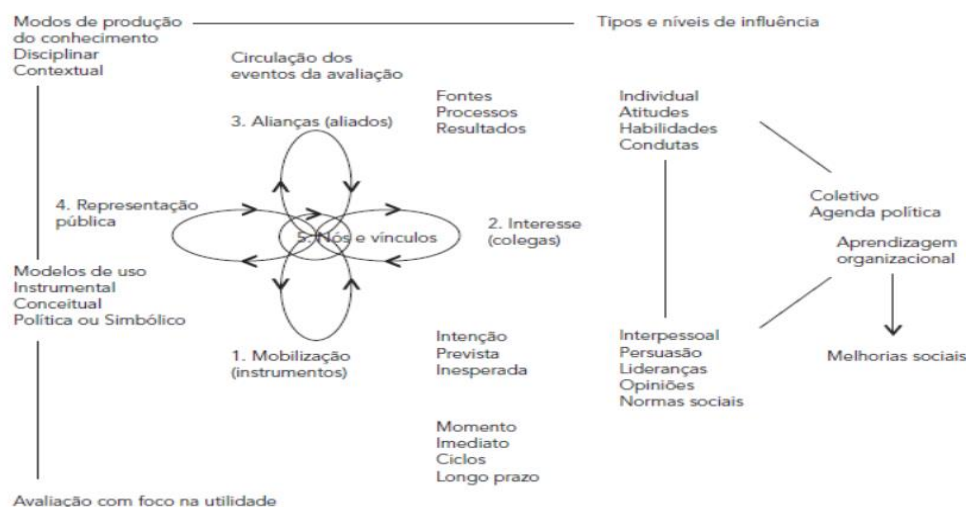
institucional. Assim, os resultados possibilitam que sejam alcançados os objetivos da avaliação tanto em relação à autoconsciência de cada indivíduo, setor ou da Instituição como um todo, quanto à tomada de decisão individual ou institucional. Em ambos os casos, oferecendo os elementos para que a melhoria do desempenho e da qualidade da Instituição Acadêmica, finalidade precípua da avaliação, seja alcançada.

4.4. Utilização dos resultados da Avaliação Interna

Compreende-se que a Instituição (ou seja, os seus dirigentes, os conselhos, os professores e os alunos) é a primeira e a universal utilizadora da Avaliação Interna. Em alguns países, como por exemplo, PALOP e Timor-Leste e até em países desenvolvidos como Portugal e Brasil, ainda se apresentam as recomendações sobre os passos a dar, mas a divulgação dos resultados é obrigatória, por exemplo, na página da internet da Instituição e nas páginas dos jornais locais que têm interesse no setor da educação.

Para que os resultados da Avaliação Interna se tornem úteis, e utilizados como indicadores de “reflexão mútua” para pensar num futuro investimento educativo, adotamos o modelo proposto por Hartz et al (2008), o quadro de “circulação de factos científicos” (Latour, 2001), com o propósito de mapear e associar os eventos e identificar os resultados das avaliações, tal modelo pode ser tomado como categorias de análise dos resultados da Avaliação Interna da UNTL como foco de utilidade para concretizar o resultado esperado e a qualificação dos próprios resultados da Avaliação Institucional

Figura2 - Usos, influências e circulação dos eventos produzidos pelas avaliações (Hartz et al (2008))



Contudo, há uma correlação entre a implicação das autoridades próximas da Instituição na sua gestão e a utilização dos resultados da Avaliação Interna. Esta utilização suporta a gestão dos estabelecimentos, a sua avaliação e a redação de relatórios destinados a autoridades educativas de nível superior. Também, a Avaliação Interna é um ponto de partida para a Avaliação Externa (é por isso que a utilização é centralizada nos resultados da Avaliação Interna), para além de proporcionar um conhecimento das forças e das fraquezas do sistema educativo, deve ser utilizada para fins de pilotagem do sistema.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1. Análise dos Dados Históricos Documentais da UNTL

A UNTL foi oficialmente fundada e oficializada no dia 17 de Novembro de 2000⁴. A origem da UNTL vem de dois estabelecimentos de Ensino Superior: “UNTIM e Politécnica de Hera” fundado durante o período da Ocupação Indonésia.

É necessário salientar que há uma mudança/evolução na UNTL, como se verifica na tabela 3, 4, 5 e 6:

Tabela 3: A estrutura da UNTL: 2000

Total Faculdades	Total Departamentos	Centros	Total Estudantes	Total docentes Permanentes	Observação
5	16	2	± 5000	100	

Em 2000, a nível da Universidade, a estrutura da UNTL era composta por: Reitor, 2 Vice-reitores (Vice-reitor para os Assuntos Académicos apoiado pelo Diretor Geral de Disciplinas Gerais/Transversais; um Diretor da Administração Académica com os seus respetivos Departamentos; um Vice-reitor para os Assuntos de Administração e Finanças, auxiliado por um Diretor Geral de Administração de Finanças e respetivos Departamentos). A nível das Faculdades, existiam Decanos (5 Decanos, 10 Vice-decanos, cada Faculdade com 2 Vice-decanos); Chefes de Departamento (16). A nível da Instituição e Centros, existiam ainda 2 Diretores (CNIC, INL) e os seus respetivos Subdiretores dos Departamentos.

Tabela 4 – A estrutura da UNTL: 2003

Total Faculdades	Total Departamentos	Total Estudantes	Total docentes Permanentes	Observação
5	16	6000	123	1ª Graduação 318

No mesmo ano de 2003, a UNTL graduou 318 alunos.

Tabela 5 - A estrutura da UNTL: 2004 - 2007

Total Faculdades	Total Departamentos	Total Estudantes	Total docentes Permanentes	Observação
7	26	6000	123	2ª Graduação

⁴ (Breve História da UNTL está colocado no anexo desta Dissertação)

A estrutura da UNTL em 2007 era composta por: Reitor, 5 Vice-reitores para os assuntos: Académicos, Administração e Finanças, Estudantil, Cooperação, e Bens e Propriedade. E continua a manter 7 Decanos e 21 vice-decanos, (cada Faculdade com 3 Vice-decanos), 4 Diretores (Administração, Académica, CNIC, INL). Isto quer dizer que a estrutura da UNTL se alargou bastante. Além disso em 2007, a UNTL, em cooperação com a CAPES do Brasil, planearam que em abril desse ano se criaria um programa de Pós-graduação *Latu sensu*.

Tabela 6 – A estrutura da UNTL: 2008 - 2010

Total Faculdades	Total Departamentos	Total Estudantes	Total docentes Permanentes	Observação
7	26	8504	285	3. ^a graduação 2009 4. ^a graduação 2010

Entre os anos de 2008 – 2010 criou-se o programa de Pós-graduação gerido por um Coordenador de Pós-graduação. Seguidamente foi nomeado um Vice-reitor para o mesmo programa. Isto fez que a estrutura da UNTL se alargasse bastante (seis Vices do Reitor).

Em 2008, a UNTL foi submetida à acreditação inicial organizada pelo ME e avaliada pela comissão de Avaliação Internacional (Estados Unidos, Brasil, Filipinas, Indonésia, Austrália, Nova-Zelândia, Malásia). O resultado desta avaliação foi, em termos percentuais, 78,86%.

Em 2009, foi criado um programa de Pós-graduação - Mestrado na Área de Avaliação, na Faculdade de Ciências da Educação, e Sistema de Informação em convénio firmado com a Universidade do Minho – Portugal, no âmbito do programa de Pós-CAVET (Pós-graduação Cabo-Verde e Timor-Leste) apoiado pela União Europeia. Em relação ao *outcome*, a UNTL lançou a 3.^a graduação

No início de 2010 (15 de Janeiro de 2010) passou a existir uma nova estrutura, após a eleição do novo Reitor. O Reitor eleito construiu a nova estrutura composta por: a) Conselho Geral, b) Conselho de Gestão c) Reitoria, composta por: Reitor e 3 Vice Reitor; Vice-reitor dos Assuntos Académicos, Vice-reitor dos Assuntos Estudantis, e Vice-reitor dos Assuntos de Pós-Graduação; 3 Pró-reitores: Pró-reitor para os Assuntos de Cooperação, Pró-reitor para os Assuntos de Controlo de Qualidade e Pró-reitor para os Assuntos de Grandes Projetos. A nível Administrativo a sua estrutura sofreu um acréscimo: 1 Administrador Geral para os Assuntos de Administração e Finanças com 3

Diretores Nacionais para os Assuntos de Recursos Humanos, Assuntos de Finanças e Assuntos de Logística. Acrescentou-se ainda, um Diretor Geral para os Assuntos de Administração Académica, com 2 Diretores Nacionais para Assuntos de Biblioteca e Assuntos de Administração Académica.

Tabela7 - A Estrutura da UNTL: 2011 - 2013

Total Faculdades	Total Departamentos	Total Estudantes	Total docentes Permanentes	Observação
7 e 1 escola Superior de Filosofia	36	9311	328	5. ^a e 6. ^a graduação 2011 7. ^a e 8. ^a graduação 2012 9. ^a e 10. ^a graduação 2013

A UNTL, a nível da Universidade, atualmente mantem a mesma estrutura. Enquanto que a nível de Faculdade existem 8 Faculdades e os Departamentos aumentaram para 36. Entre 2011 e 2013, a UNTL lançou 6 graduações (5.^a e 6.^a graduação em 2011, 7.^a e 8.^a graduação em 2012, 9.^a e 10.^a em graduação em 2013. O total de estudantes eram 17652, só 9311 estavam registados (estudantes ativos). Entre o total de estudantes registados, ainda existiam os estudantes do ano de 2000. Para informações complementares, ver os dados da recapitalação dos docentes e estudantes em anexo.

1.1. Áreas de estudo:

Ciências Agrárias, Saúde Animal, Administração Pública, Ciências Políticas, Comunicação Social, Desenvolvimento Comunitário, Direito, Gestão, Formação de Professores (várias áreas), Filosofia, Engenharias (Civil, Eletrónica, Mecânica, Informática), Geologia e Petróleo, Ciências da Saúde (Medicina, Enfermagem, Parteiras).

1.2. O funcionamento da UNTL

A UNTL é uma Instituição Universitária Pública que funciona segundo uma estrutura de níveis. Atualmente, a estrutura em vigor é a seguinte: Nível da Reitoria, Nível das Faculdades e Nível dos Departamentos, e o Centro Nacional de Investigação Científica e o Instituto Nacional de Linguística e as unidades de apoio como Biblioteca e Laboratório.

Universidade Nacional como uma Instituição de Ensino Superior Pública tem a sua visão, a missão e os objetivos principais extraídos do estatuto da Universidade. A UNTL

já teve dois estatutos: o primeiro estuto foi um esboço em que a Universidade se baseou entre 2000 e 2008. O novo estatuto foi promulgado em 12 de Outubro de 2010.

A UNTL no seu funcionamento tem Cooperação com o Instituto Camões (ICA), cooperação com a Fundação das Universidades Portuguesas (FUP).

A UNTL tem vindo, desde a sua criação em 2000, a pautar-se por um princípio de contínuo ajustamento do currículo, enquanto vem implementando larga porção do currículo indonésio, inclusivamente a língua que ainda hoje se utiliza no ensino nas salas de aulas.

Desde o início os Departamentos engajaram-se na reforma do currículo ao seu próprio ritmo, com assistência de colaboradores internacionais. Assim, ajudaram nesse processo académicos japoneses para os vários Departamentos da Faculdade de Engenharia Técnica, académicos australianos e indonésios para a Faculdade de Agricultura, o Instituto Camões e a FUP (Portugal) para o Departamento de Língua Portuguesa, académicos cubanos (médicos cubanos) para a Faculdade de Medicina, etc.

Em 2003, implementou-se um currículo próprio e, num processo iniciado em 2005 em que participam representantes da UNTL, uma atenção maior se tem dado ao Conteúdo Mínimo Curricular que já visa aspetos mais compreensivos de qualidade de ensino-aprendizagem, gestão e acreditação internacional.

Os Docentes na maioria composto por várias categorias: Diploma, Bacharel, Licenciado, Mestre e Doutorado. Os docentes mencionados concluíram os seus cursos em vários países: Austrália, Brasil, Indonésia, Japão, Portugal, Filipinas, Nova-Zelândia, e outros.

Os Docentes da UNTL distribuíram-se pelas seguintes estruturas: Docentes permanentes, Docentes a tempo parcial, Docentes contratados, Docentes visitantes e voluntários (Timor, Portugal, Brasil, Espanha, Filipinas, Japão, Coreia do Sul, Nova Zelândia, EUA, Austrália, etc).

As Organizações financiadoras de material de apoio/ infraestrutura ou provedoras de bolsas de estudo são: IPAD, Instituto Camões, FUP, Câmara Municipal de Lisboa, Fundação Gulbenkian, Fundação Oriente- Portugal; JICA – Japão, CAPES – Brasil, União Europeia, USAID – Estados Unidos da América, UBCHEA – Estados Unidos da América, AusAid, ACIAR, APHEDA, e Associação de Mulheres Académicas de Darwin – Austrália; Cuba; Espanha; Governo da França; Governo da Irlanda; Governo Reino Unido; Governo da Nova Zelândia; Embaixada da Finlândia, Holanda, Tailândia,

Coreia do Sul, Notohamidjojo Scholarship/ UKSW – Indonésia, UNESCO, Timor Aid – Timor-Leste; Timor Telcom – Timor-Leste; PNUD/ Díli – Nações Unidas; Asia Foundation; e Banco Mundial.

As Instalações e terrenos da UNTL são: o complexo da antiga Escola Técnica Prof. Silva Cunha, a antiga Escola Engenheiro Canto Resende, o complexo do antigo Liceu Dr. Francisco Machado, o antigo edifício da Assistência Social (Ex-UNTIM), Caicoli, o complexo da antiga Politécnica de Hera.

A infraestrutura de apoio, compreende os seguintes componentes:

- Biblioteca Geral e a da Faculdade de Ciências da Educação
- Laboratórios informáticos e eletrónicos
- Laboratórios da Faculdade de Agricultura
- Laboratórios das Ciências Exactas da Faculdade de Ciências da Educação
- Gráfica

O terreno património da UNTL estende-se às seguintes localidades:

- Faculdade de Engenharia Técnica em Hera (25 ha)
- Faculdade de Agricultura em Hera (27 ha)
- Faculdade de Ciências Sociais e Políticas em Caicoli (3,5 ha)
- Faculdade de Ciências da Educação na Av. Cidade de Lisboa (1,9 ha)
- Faculdade de Economia na Av. Cidade de Lisboa (1 ha)
- Polo Central na Av. Cidade de Lisboa (1,2 ha)

Planeamento orçamental para cinco anos

Sendo uma Instituição estatal, a UNTL beneficia do financiamento proveniente do orçamento do Estado, por via do Ministério de tutela (MEC). A UNTL tem suas próprias receitas que consistem nas propinas dos estudantes, receitas essas que são cabalmente depositadas na conta bancária do Estado.

O financiamento é planeado anualmente, com uma revisão semestral durante o ano da sua implementação. Neste momento, a UNTL já concebe um planeamento de 4 a 5 anos onde estão incluídos : (i) salários e vencimentos, (ii) bens e serviços, (iii) capital menor, (iv) capital de desenvolvimento, etc.

2. Análise dos Documentos de Bases Legais (a descrição resumida está no anexo)

O Estado de Timor-Leste preocupa-se e presta atenção especial à Universidade Nacional Timor Lorosa'e, como património do Estado, que exerce o seu função no desenvolvimento de recursos humanos. Como se explicita no documento de Política Nacional da Educação e da Cultura: “Não menos importante, é o tratamento a ser dado à Educação Superior, particularmente em relação à legislação, acreditação, currículo, Planeamento e Avaliação Institucional, com atenção especial para a Universidade Nacional Timor Lorosa'e, definida como Universidade de referência nacional” (MEC-TL (MEC 2006, p. VII).

UNTL passa a ter um papel de destaque no sistema, uma vez que Estado e Governo a transformaram em um centro de referência no que diz respeito à oferta de educação de qualidade, envolvendo ensino, pesquisa e extensão com responsabilidade social e prestação de contas à sociedade. Em 2008, foi aprovada pelo Parlamento Nacional a Lei de Bases da Educação, a qual foi considerada “um quadro legal de referência para a organização, orientação, regulação e desenvolvimento do sistema educativo emergente das profundas mudanças que o País atravessava desde a sua independência” (Preâmbulo da Lei N° 14/2008).

No art° 17° desta lei fala-se sobre a perspectiva de investigação e criação do saber, tendo em vista garantir elevada autonomia individual na relação com o conhecimento, incluindo a possibilidade da sua aplicação, designadamente para efeitos de inserção profissional, e fomentar o desenvolvimento das capacidades de conceção, de inovação e de análise crítica (Lei N° 14/2008. Art.º 17, item 3).

Na mesma Lei, a propósito dos cursos, graus e diplomas, determina-se (Diploma, Bacharelato, Licenciatura, Mestrado e Doutoramento): “O Ensino Superior Universitário compreende cursos de Bacharelato, Licenciatura, Mestrado e Doutoramento, conferindo, respetivamente, os graus de Bacharel, Licenciado, Mestre e Doutor (Lei N° 14/2008. Art.º20, item 2). O Ensino Superior universitário compreende ainda cursos de pós-graduação, conferindo diploma de especialização (Lei N° 14/2008. Artigo. 20, item 3 e Art.º23). Portanto, a função relacionada à administração e serviços gerais é constituída por servidores administrativos, técnicos e de serviços gerais.

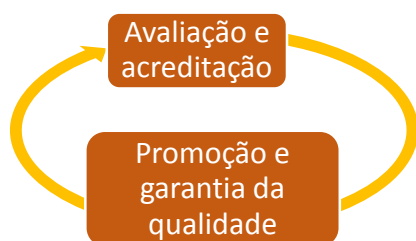
3. O Processo de Avaliação Externa

O processo de Avaliação Externa começou, em 2006, com a criação da Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Acadêmica, com o objetivo de estabelecer os critérios e padrões para avaliação e acreditação das IES. Dois anos depois, o Governo estabeleceu a Agência de Avaliação e Acreditação Acadêmica (ANAAA)- Decreto Lei nº21/2010, de 1 de Dezembro. Os processos de Avaliação Externa ocorrem de 5 em 5 anos. Os critérios para avaliação e acreditação estão de acordo com práticas internacionais e com padrões de qualidade utilizados no Ensino Superior. O processo de avaliação segue os Princípios da Avaliação da Qualidade (8 critérios fundamentais).

Tabela 8- informação Geral de Avaliação e acreditação Externa

Ano	Processo
2008	Processo de Avaliação Externa: UNTL foi acreditada com 78, 6%
2010	Elaboração de relatório de progresso: Apreciação pela equipa de Avaliação Externa
2011	Elaboração de relatório de progresso: Apreciação pela equipa de Avaliação Externa
2012	Elaboração de relatório de progresso: Apreciação pela equipa de Avaliação Externa
2013	Processo de Avaliação Externa: <ul style="list-style-type: none">• Avaliação Institucional: 2ª vez• Avaliação programática: 1ª vez

O benefício da avaliação e acreditação é a promoção e garantia da qualidade.



Com a Avaliação Externa a Instituição reflete até onde, como e se os objetivos da Instituição estão a ser alcançados. A qualidade vem do bom senso para melhorar, uma vez que o objetivo da UNTL é tornar-se uma Instituição de Ensino Superior de referência, de acordo com padrões de qualidade internacionalmente reconhecidos.

3.1. Análise dos resultados preliminares da acreditação da UNTL-Dados fornecidos pela Diretoria do Ensino Superior – ME

Questões e objetivos desta abordagem dizem respeito às informações dadas pela Diretoria do Ensino Superior do ME em relação à acreditação de 2008. Para isso, o resultado da análise também aborda aspetos da Educação Superior, no âmbito do Ministério da Educação e das Instituições, desafios da organização e da regulação da Educação Superior, a questão da capacitação institucional pela Avaliação Externa às Instituições do Ensino Superior em Timor-Leste.

Para abordar tais informações, foi feita uma análise dos principais documentos oficiais relativos ao tema, associada à atuação do Governo como sujeito avaliador que encaixa no grupo de trabalho.

As ações desenvolvidas e a presente análise levaram em consideração aspetos da realidade histórico-cultural do país e procedimentos conjuntos com as “contrapartes” internacionais. Em decorrência dessa conceção, foram alcançados os seguintes resultados: elaboração dos termos de referência para a comissão organizadora de Avaliação Externa Institucional; definição de agenda para estruturação; elaboração de proposta da legislação de avaliação educacional; finalização do Plano segundo a Política Nacional de Educação.

O Ministério da Educação de Timor-Leste tem em sua estrutura organizacional a Diretoria Nacional de Educação Superior como órgão responsável por todas as questões afins a essa área. A partir de 2004, a Diretoria, com apoio de agências e especialistas internacionais, vem promovendo debates, cursos e seminários com Instituições de Educação Superior e professores com o propósito de definir parâmetros para a organização dos currículos, padrões de funcionamento dos cursos e regulação da Educação Superior e avaliação da qualidade do ensino. Paralelamente, o Ministério vem tratando da aprovação da Política Nacional de Educação e da Lei de Bases do Sistema Educativo - condições primordiais para a ordenação e o desenvolvimento da Educação Superior.

O objetivo do ME para ter uma Avaliação Externa às Instituições do Ensino Superior em Timor-Leste é concretizar os programas desenvolvidos ao longo da Missão da Política Educativa, procurando criar as condições para a organização do sistema educativo, em sentido mais amplo, dando ênfase à formação de gestores e à organização da Educação Superior.

Na medida em que a Diretoria Nacional de Educação Superior vem propondo padrões e critérios para esse âmbito, tornam-se mais evidentes os problemas e desafios da organização e da regulação da Educação Superior em Timor-Leste e a questão da capacitação institucional. Com o intuito de minimizar os problemas, foi apresentado ao Ministério da Educação uma proposta de programa de avaliação, suspendendo qualquer nova iniciativa em relação à abertura de cursos, vagas e Instituições de Educação Superior.

Tais situações contrariam a perspectiva de capacitação institucional e demonstram o grau de dificuldade por que vêm passando os responsáveis pela implantação do sistema educativo em Timor-Leste. É importante não só reconhecer os primeiros caminhos traçados mas, sobretudo, os esforços inegáveis que vêm sendo envidados pelo Ministério da Educação, professores e consultores, de um modo geral, tanto em relação aos níveis iniciais do sistema educativo quanto à Educação Superior. No entanto, para os dirigentes educacionais das Instituições do Ensino Superior comprometidos com a implantação de um sistema educativo adequado à realidade do país, esse começo exige esforço e atenção redobrados, pois a sensação de impotência frente às limitações de toda ordem existentes ultrapassa as condições e perspectivas dadas até o momento presente.

Salientando também que a gestão de avaliação deve ser feita de forma adequada à realidade das Instituições de Ensino Superior em Timor-Leste, especificamente da UNTL, esta não pode ser entendida como processos linear, vertical, nem hierárquico-causal e unilateral, porque eles se revelaram inexequíveis para explicar ou prever o sucesso do que se chama *governar e gerir* (Görlitz & Burth, 1998). Por isso, abordagens de gestão de avaliação desenvolvidas nos últimos anos devem ser revistas para chegar a um consenso comum através de atitudes *policy-making-process* e do *decision-making-process* (Görlitz & Burth, 1998:80-96). Através dessas atitudes, “é necessário que a UNTL faça uma revisão séria e estruturada do Plano Estratégico 2011-2020 para que os seus Planos Programáticos Institucionais sejam adaptados à realidade contextual da Instituição” (RAP-2014, 2014:17) no sentido de prever a revisão e avaliação num futuro próximo que envolve acadêmicos e peritos internacionais.

A partir dessa perspectiva, é necessário pensar já na capacitação pessoal e institucional para consolidar e implementar as diretrizes dos compromissos e das ações ao longo do processo de ensino-aprendizagem que se estabelece. Trata-se de uma “ação capacitadora” que deve ser desenvolvida em realidade distinta, baseada na formulação de “ambientação

cultural” e “confiança necessária” para estabelecer uma interlocução produtiva em quaisquer programas numa forma objetiva. Para isso, a avaliação deve ser conduzida com o método de observação-participante e pesquisa-ação; análise documental; contactos com a estrutura, professores e gestores educacionais.

Complementaram as estratégias de pesquisa: encontros interativos com os atores educativos; levantamento de informações sobre a organização das Instituições e a situação das Instituições do Ensino Superior; definição de princípios e de conceitos básicos para a tomada de decisão e construção do relatório conjunto. O documento (relatório) elaborado pela Instituição do Ensino Superior - UNTL, foi objeto de análise: as diretrizes e os critérios elaborados; Política Nacional de Educação e a Lei de Bases do Sistema Educativo, além de relatórios e outros documentos de suporte utilizados pelo Painel /Comissão.

“O Estado Avaliador” acompanha o processo de Avaliação Externa Institucional, determinando uma espécie de controlo, em vista de modelos definidos pelo Estado. Boa parte dos programas de cooperação que vem sendo levados a efeito em Timor-Leste, como se presenciou, não demonstra forma avançada ou neocolonial, como anteriormente referido, embora esse seja o discurso, pela ausência de intercâmbio e de parceria a ponto de haver mudança de atitudes de ambos os lados. Os programas continuam mantendo relações verticais, de natureza centro/periferia, com indicadores claramente assimétricos.

Da análise realizada, constatou-se que, em relação às condições de funcionamento, os prédios e as instalações físicas apresentam-se muito precários. Acervo bibliográfico, laboratórios ou recursos técnicos, em muitos casos, eram inexistentes. A grande maioria dos professores tinha apenas nível de graduação, sendo muito poucos os que possuíam titulação em nível de mestrado ou doutorado. De outra parte, o Ministério da Educação não possuía cadastro ou censo que assegurasse as informações básicas sobre a situação da Educação Superior no país, dificultando, sobremaneira, conhecer e administrar esse segmento da educação, com mais propriedade.

3.2. O relatório e publicação do resultado de Acreditação 2008

Baseado nos dados informativos – descritivos no relatório final de Avaliação Externa Institucional em março de 2008 pela comissão de avaliação e divulgação do resultado, indicou-se que a UNTL era a única Instituição entre outras Instituições Universitárias que atingiu um número superior de 77,65 %. A soma total destes 77,65% reflete o resultado de avaliação aos oito critérios básicos. Existem 2 partes importantes para realizar Avaliação Externa Institucional pela equipa internacional: 1) As Categorias para Licenciatura e Acreditação Institucional Inicial que representa 8 critérios básicos para elegibilidade; e, 2) O Padrão (*Standards*) para Acreditação que representa critérios avaliativos detalhados para a qualidade educacional.

3.2.1. As Categorias para Licenciatura e Acreditação Institucional Inicial que representa 8 critérios básicos para elegibilidade

Para o processo de avaliação, a UNTL preparou um relatório de autoestudo compreensivo que segue os padrões da acreditação. O documento foi estudado pela equipa internacional, que seguidamente se encontrou com os representantes da Instituição: Conselho Geral, Reitor, Vice-reitores, Decanos, Vice-decanos, Diretores, Estudantes, Funcionários e outras áreas.

Baseada nas categorias acima mencionadas, a equipa fez um comentário com base nos critérios previstos que na maioria refletem a parte 2. Para isso, descreve que:

1. A missão da Instituição (The institutional mission is appropriate to higher education and the academic offerings fit the institution into either the university, institute or academy classification). A este respeito, a UNTL cumpriu esta categoria com 8 Faculdades, tendo sido classificada como Universidade.
2. A Governação (The governing body and administrative management of the institution are appropriate, qualified and adequate to the scope of the institution. Among the administrators should be a rector/chief executive officer). A UNTL cumpriu parcialmente esta categoria porque a IES ainda não tinha Conselho Geral e porque o Estatuto Oficial (esboço) ainda não existia. Tudo estava centrado na pessoa do reitor (*rector center*) e havia necessidade de descentralizar esta governação, isto é havia necessidade de haver mais um órgão com poder legislativo superior à Reitoria
3. Programa Académico (The academic program is in keeping with the institutional

mission). A UNTL cumpriu, em geral, esta categoria.

4. Programa Académico deve seguir o critério mínimo no desenvolvimento Curricular (Academic programs follow the Minimum Curriculum Development Criteria developed by the National Commission on curriculum Development). A UNTL cumpriu esta categoria segundo os programas listados nos documentos e é apropriado enquanto Instituição de Ensino Superior/Universidade.
5. Docentes qualificados (Teaching staff should have academic qualifications at least one academic degree above the area they are teaching (e.g., Bachelors for diploma programs; Masters for Bachelors programs and Ph.D. for Masters and Ph.D. programs. If this is not the case at the time of licensure, the institution must submit a plan which indicates specifically how teaching staff will achieve the Masters level within 5 years and the Ph.D. within 8 years). A UNTL cumpria parcialmente esta categoria, porque os docentes eram 248 permanentes e 439 temporários (part-time) e docentes visitantes: 174 de bacharéis + licenciados; 68 Mestres e 6 de Doutores. Os docentes temporários: 128 Bacharéis + licenciados, 174 Mestres e 13 Doutorados. Naquele momento pelo menos 20 docentes encontravam-se a frequentar os seus estudos no estrangeiro para elevar as suas credenciais académicas e para responder ao plano estratégico de 10 anos.
6. Recursos adequados de apoio ao ensino (The institution should have adequate learning resources (library and laboratories) or a specific plan for how these will be achieved). A UNTL não cumpriu ainda esta categoria na sua totalidade, porque faltam ainda salas para realização da atividade de lecionação, faltam docentes, faltam laboratórios para realização de estudos experimentais (existem alguns, mas não em número suficiente);
7. A Propriedade da Universidade (Institutions should own their own property or provide documentation that they have long-term leases (preferably for at least ten years). Documentation should be verified by the Ministry of Justice or appropriate agency). A UNTL está registada no documento legal distribuído pelo Governo, conforme consta no Estatuto da UNTL.
8. Plano Financeiro a 5 Anos (The institution should have a 5 year financial plan which indicates how they plan to carry out their administrative and academic responsibilities. Ideally, the institution should hold in reserve the equivalent to one year of operating costs which, in the case of closure, can be used to pay for their

students learning at alternative institutions). Em conformidade com o plano de finanças, a UNTL ainda era dependente do Governo tanto no orçamento anual, como na gestão diária das finanças. O plano estratégico de 10 anos da UNTL implica um futuro de autonomia financeira. Para isso, esta Instituição de Ensino Superior Público deve administrar a sua própria gestão financeira com conceito de “gerência autónoma”.

3.2.2. O padrão de Acreditação feito pela equipa internacional

O padrão de Acreditação foi feito pela equipa internacional, cujos membros foram os seguintes: Dr. Antonio MacDowell de Figueiredo (Federal University of Rio de Janeiro and former National Secretary of Higher Education of Brazil, Ministry of Education); Dr. Adil Basuki Ahza (Executive Secretary of the National Accreditation Agency for Higher Education, Indonesia); Dr. Manuel Corpus (Executive Director, Accrediting Agency of Chartered Colleges and Universities in the Philippines); Dr. John Harre (New Zealand Qualifications Authority and Institutes of Technology and Polytechnics Quality); Dr. Nirwan Idrus (Associate Vice President, Research and Development and Dean, Faculty of Engineering and Technology, INTI International University College, Malaysia); Dr. Haji Hazman Shah Vijayan Abdullah (Faculty of Administration Science and Policy Studies, Universiti Teknologi, Malaysia); Dr. Marjorie Peace Lenn (President Center for Quality Assurance in International Education, USA (Chair).

Estes membros foram convidados pelo Governo da RDTL “Ministério da Educação ME que era na altura o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

3.2.3. Breve análise do relatório e da publicação do resultado de Acreditação 2008

Desde 2008 registaram-se melhorias significativas no nível de qualificação do pessoal e nas instalações e equipamentos, associadas ao projecto da Cooperação Portuguesa. Infelizmente, estas melhorias não se alargaram a outros programas.

A qualidade dos relatórios deve-se, em grande parte, à falta de compreensão dos padrões. Foi-nos dito que a ANAAA promoveu *workshops* com vista a esclarecer os institutos quanto ao significado dos critérios específicos. A alteração frequente de pessoal nas Instituições limitou o conhecimento dos padrões, e assim, o desenvolvimento de um RAP de qualidade.

Entrega tardia dos relatórios de auto-avaliação: nem todas as Instituições cumpriram os prazos estabelecidos pela ANAAA. Isto significa que alguns relatórios foram apresentados apenas alguns dias antes das visitas ao terreno. Quando tal acontece, a eficiência da equipa de revisão da acreditação é reduzida.

Por motivos de eficiência, apenas os principais documentos (aprox. 20 páginas) foram traduzidos para inglês. Os anexos foram deixados em tétum, português e/ou bahasa indonesia. E, em termos do nível de qualificação dos docentes: Todas as Instituições revelaram progressos nesta área e, actualmente, algumas cumprem o critério na totalidade ou prevêem fazê-lo no ano seguinte. Tal é digno de se louvar, dado o investimento considerável feito pelas Instituições.

O relatório evidenciou ainda que a situação das Bibliotecas era precária e desorganizada, tanto do nível administrativa bem como, quanto ao tratamento de dados bibliográficos, ou seja, de catalogação dos livros. Esta situação, porém, melhorou um pouco em 2010, voltando a piorar durante o ano de 2012, devido à descentralização das Bibliotecas da Universidade, continuando desta forma a ser um dos setores mais frágeis da UNTL. Para solucionar esta situação a UNTL deve criar um plano necessário para priorizar a estratégia de aquisição de título em português e inglês de divisas áreas; para isso, é fundamental dar-se formação aos funcionários da biblioteca, relativamente a operacionalidade e funcionamento do sistema da aquisição das obras e de atendimentos dos leitores.

3.2.4. Apoio de peritos internacionais

Para facilitar e conferir credibilidade ao processo de ensino/ aprendizagem na UNTL é necessário fazer uma avaliação/auditoria internacional de forma continuada e para tal optou-se por contratar um painel de peritos internacionais de modo a poder proceder novamente à avaliação anual 2011, juntamente com o Responsável pela Qualidade da ANAA, Pedro Ximenes. Ambos os elementos possuem experiência na avaliação de Instituições do Ensino Superior, tendo participado no primeiro processo de Licenciamento e Acreditação Inicial. Os elementos internacionais que compõem o painel incluem: Dr. Adil Basuki Ahza (Secretário Executivo da Agência Nacional de Acreditação do Ensino Superior, Indonésia); Prof. Dr. Hazman Shah Abdullah (Vice-

Chanceler assistente (qualidade), da Universiti Teknologi MARA e Assessor sénior, Agência de Qualificações da Malásia).

3.3. O relatório e publicação do resultado de Acreditação 2013

As políticas educacionais constituem um campo de estudo privilegiado onde se podem ultrapassar muitas das divisões artificiais criadas entre disciplinas e campos científicos, baseando-se a missão da Instituição, na governança e gestão administrativa, no programa académico, no currículo e incluindo ainda o *staff* e os docentes que lecionam as unidades curriculares.

O documento da UNTL (especificamente o estatuto legal) declara que pretende ser um Centro de Excelência para o Ensino Superior em Timor-Leste, cuja missão principal, até 2020, é: procurar alcançar a excelência, através de serviços Académicos, de Investigação e Comunitários, competitivos, adotando práticas de nível mundial no Ensino Superior; fazer da Qualidade uma forma de vida e de cultura apelativa; promover a Identidade Nacional e os valores humanos, através da propagação da língua e cultura timorenses; acelerar atividades científicas, criando sinergias multilaterais em campos contemporâneos; desenvolver o bem-estar geral dos seus membros, através de intervenções físicas, psicológicas e espirituais; desenvolver todas as capacidades para providenciar uma administração transparente e capaz, através de boas práticas de governação. Para que isto aconteça, é necessário considerar que os processos de Avaliação Externa devem ser orientados por princípios de continuidade e estabilidade e que requerem também uma atitude de permanente reflexão acerca da sua eficácia e dos modos de aperfeiçoamento. Após ter sido concluído, em 2008, o primeiro ciclo de Avaliação Externa da UNTL, a equipa de peritos internacionais já levou a cabo o segundo ciclo desta atividade em 2011, tendo procurado apoiar a capacitação e a organização, as práticas de autoavaliação e a participação da comunidade educativa da UNTL no sentido de “fazer retorno sobre a melhoria da qualidade do desempenho” (Limongi-França, 2007) e procurando também “uma alternativa inovadora” no plano de desenvolvimento institucional na educação através da política de “marketing estratégico” (cf. Horta, 1992; Kotler & Fox, 1994; Manes, 1997).

Em 2013 realizou-se, mais uma vez, a atividade de Avaliação Externa à acreditação que visava os seguintes itens: a) conhecer e promover o progresso de aprendizagens e dos

resultados obtidos pelos alunos, identificando pontos fortes e áreas prioritárias para a melhoria do trabalho da UNTL; b) incrementar, a todos os níveis, a responsabilização, validando as práticas de autoavaliação da UNTL⁵; c) fomentar a participação da comunidade educativa (equipa administrativa, docentes, estudantes e estrutura das chefias) da UNTL na produção e disseminação do conhecimento junto à sociedade, oferecendo um melhor conhecimento público do trabalho da UNTL; contribuir para a regulação da educação, dotando os responsáveis pelas políticas educativas e pela administração da UNTL com informação pertinente.

Tendo por base os dados informativos – descritivos do relatório final de Avaliação Externa Institucional em Outubro de 2013, realizado pela comissão de avaliação, a divulgação do resultado indicou que se a UNTL quiser ter sucesso na implementação do Plano Estratégico 2011-2020, precisa de fazer uma revisão obrigatória e realista relacionada com os projetos ambiciosos que talvez não possam ser implementados e/ou realizados, por isso, o mais importante aqui é fazer ou aplicar uma “avaliação mediada, dialógica e emancipatória” (Hoffmann, 2003; Romão, 1998; Saul, 1995) para consolidar iniciativas no sentido de dar mais atenção aos programas de fixação definitiva do currículo⁶, na criatividade e inovação dos pessoal docente, não-docente e alunos, na transformação e aprendizagem contínua, incluindo a boa liderança com espírito de transparência e responsabilidade.

No âmbito de docentes qualificados em 2013, o Gabinete da Reitoria da UNTL (partindo dos dados fornecidos pela Diretoria Nacional de Gestão dos Recursos Humanos DNGRH) afirma que se cumpriu mais uma vez o compromisso, pois nesse ano

⁵ Para fazer funcionar a autoavaliação Institucional, a UNTL criou recentemente o Gabinete para a Promoção da Qualidade, sob a responsabilidade do Vice-Reitor dos Assuntos Académicos. Para que o Gabinete possa responder de forma eficaz a estas solicitações, é necessário proceder à sua consolidação e à capacitação dos seus membros.

⁶ A UNTL deve tomar em consideração este assunto, porque o desenvolvimento do currículo e da organização institucional constitui um campo indissociável, como adverte António Bolívar (2003:68): “O desenvolvimento profissional é concebido como um processo contínuo de aprendizagem, que provoca mudanças na ação profissional do professor, através da forma como atribuem sentido às suas experiências e como estas influenciam as suas práticas diárias, Mas, por sua vez, na medida em que o desenvolvimento pessoal e profissional está condicionado pelo contexto da escola enquanto local de trabalho e relação, a formação orienta-se para a consecução de uma estreita articulação entre as práticas formativas e os contextos de trabalho, otimizando a dimensão educativa dos processos de trabalho, mediante uma aprendizagem reflexiva e colegial”. Certo que desenvolvimento profissional e o desenvolvimento institucional das escolas devem caminhar lado a lado, pois um não existe sem o outro. A possibilidade de desenvolvimento institucional está ligada à capacidade interna de mudança, pelo que o seu campo de atuação é fazer melhoria permanente na valorização da qualidade do ensino (cf. Figari, 1996; Fernandes, 2002).

registaram-se cerca de 442 docentes nacionais, 188 docentes internacionais e 348 funcionários administrativos (Cf. DNJRU 2014:60) e ainda de acordo com o relatório Anual DNJRU da UNTL (Direção Nacional de Gestão dos Recursos Humanos) de 2014, registou-se cerca de 366 docentes permanentes, 24 docentes a tempo-integral e 108 docente a tempo-parcial. Entretanto, nesse período, existiam 163 docentes com grau de Licenciatura; 193 docentes com título de Mestre e 12 docentes Doutorados (PhD)

O documento da Avaliação Externa considera ainda que as Bibliotecas e os laboratórios da UNTL são inadequados, ou seja, são insuficientes tanto a nível de organização, como no aspeto de disponibilização dos materiais laboratoriais desnecessários. Nesta perspetiva, discutem-se técnicas para as medidas tomadas para resolver os problemas através da mensuração de atitudes, para que se concretizem algumas mudanças. Além disso, na UNTL continuam a existir edifícios pré-fabricados (Faculdade da agricultura, Faculdade de direito, Faculdade de medicina e ciências da saúde, Faculdade da economia e gestão, gabinete do vice-reitor de pós-graduação e pesquisa, gabinete de instituto nacional de linguística e o CNIN) por isso deve-se investir em infraestruturas permanentes para valorizar o conceito de “excelência” no “mundo plural da educação” (*vide* Seixas, 2013) e na era da tecnologia de informação e comunicação (*vide* Paulino & Fonseca, 2013; Paulino 2013).

3.4. Resumo de avaliação Externa à UNTL

O licenciamento e acreditação realiza-se de cinco em cinco anos com oito critérios básicos. Estes critérios básicos são: 1) missão institucional; 2) órgãos de governação e gestão administrativa; 3) programa académico; 4) critérios mínimos de desenvolvimento curricular; 5) corpo docente; 6) Recursos de aprendizagem (biblioteca e laboratórios); 7) propriedade; e 8) finanças.

Baseando nos oito critérios de avaliação externa à UNTL, descreve-se que existiu um plano processual de avaliação à Instituição, como pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 9 - Processo de avaliação “ a situação na UNTL”

Ano	Processo	Observação
2008	Processo de acreditação externa “ A UNTL foi acreditada com 78,6%	
2010	Resultado da elaboração de relatório de progresso, algumas melhorias	
2011	Resultado da elaboração de relatório de progresso, algumas melhorias	
2012	Resultado da elaboração de relatório de progresso, algumas melhorias	
2013	Processo de avaliação externa: a. Avaliação institucional 2. ^a vez b. Avaliação programática 1. ^a vez	objetivo: melhorar a pontuação

É de salientar que relativamente à avaliação externa do ano de 2013, verificou-se que houve apenas uma avaliação do progresso da Instituição, mas não foi realizada uma avaliação final percentual. Espera-se que a realização da avaliação final seja concluída em 2016, com o objetivo de aumentar a percentagem para uma acreditação plena de 100%.

Evolução do desempenho da UNTL relativamente às categorias para licenciamento e acreditação de 2008 - 2014.

Categorias	2008	2010	2011	2012	2013	2014
1. Missão institucional	cumpre	cumpre	cumpre	cumpre	cumpre	
2. Órgãos diretivos e gestão administrativa	parcial	parcial	Parcial	parcial	parcial	
3. Programa académico	cumpre	cumpre	cumpre	cumpre	cumpre	
4. Critérios mínimos de desenvolvimento curricular	cumpre	cumpre	cumpre	cumpre	cumpre	
5. Corpo docente	parcial	parcial	parcial	parcial	parcial	
6. Recursos de ensino (biblioteca e laboratórios)	mínimo	mínimo	mínimo	mínimo	mínimo	
7. Propriedades	cumpre	cumpre	cumpre	cumpre	cumpre	
8. Finanças	cumpre	cumpre	cumpre	cumpre	cumpre	

Pela leitura da tabela, demonstra-se que:

a. Missão e visão:

A Visão e a Missão da UNTL são adequadas aos padrões do ensino superior tal como consagradas nos seguintes documentos:

- Estatuto da UNTL (DL no. 16/2010, de 20 de Outubro)
- Plano estratégico da UNTL para 2011 – 2020

Mesmo assim, percebemos que existem duas visões diferentes entre a Visão do Estatuto e Visão do Plano Estratégico. Podia existir apenas uma visão para a Instituição UNTL.

b. Órgãos do Governo e Gestão Administrativa:

A nova estrutura organizacional está ainda em fase de implementação.

A criação e implementação do Gabinete do Vice-reitor para Pós-graduação e Pesquisa. Criação de unidades de garantia da qualidade e controlo da qualidade. Mesmo assim, em relação ao trabalho de avaliação e acreditação não há ligação com a unidade acima referida.

c. Programa Académico:

Os programas da UNTL estão em conformidade com a sua missão como Instituição do Ensino Superior (IES) – Universidade.

d. Critéria mínimos de desenvolvimento Curricular:

A UNTL mantém-se em conformidade com esta categoria.

e. Corpo Docente:

A UNTL está em processo de cumprir este requisito. Existe um plano para frequência de Mestrados e Doutoramentos no país e no estrangeiro.

f. Recurso de Aprendizagem:

A UNTL apenas cumpriu minimamente este requisito porque ainda não existe um sistema permanente no âmbito da criação de uma Biblioteca adequada, assim como Laboratórios adequados com o mínimo de atenção ao ambiente.

g. Propriedade:

A UNTL é uma instituição pública, propriedade do Estado.

h. Finanças:

Os Planos financeiros da UNTL são desenvolvidos e assegurados no âmbito dos planos financeiros do Governo.

Em relação aos critérios acima mencionado para fazer avaliação da “qualidade educacional” da UNTL, foca-se nestes pontos principais:

1. Finalidade, planeamento e eficácia.

- Objetivo intitucional consta no estatuto da UNTL – este ponto foi considerado como sendo o “melhor” e deverá ser o objetivo principal a ser seguido pela instituição no futuro.
- Plano estratégico é um plano a longo prazo (2011-2020) – este ponto deve ser revisto no sentido de fazer melhorias aos programas educativos e criar condições “suficiente mais” para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos.
- Eficácia – neste ponto encontram-se algumas melhorias, nomeadamente na gestão administrativas e TIC, mas é necessário melhorar mais, porque faltam ainda planos de ação de nível médio e baixo.

- Pesquisa institucional – encontra-se algum progresso no ponto da organização orçamental. É necessário elaborar instrumentos (dados) para avaliar a implementação do plano estratégico que ainda são inadequados.

2. Programa educacional.

- Encontram-se algumas melhorias na “arte de articulação de metas e objetivos”, mas o que é preciso fazer no futuro é “proceder continuamente ao desenvolvimento do programa educativo” para concretizar o conceito de “excelência”.
- Em relação ao programa de graduação, há um ambiente de melhoramento, no que diz respeito ao próprio processo de aprendizagem dos alunos, incluindo a política de implementação do “curso propedêutico”. No cumprimento dos currículos, ainda existe falta de equipamentos laboratoriais e falhas nos estágios devido às condições de transporte.
- Quanto aos programas de Pós-graduação que se iniciaram em 2011 – já se submeteu o processo de acreditação à ANAAA, na verdade esta instituição de acreditação atrasou o processo e por isso o processo continua a estar em “dependência injustificável”; trata-se de uma “lentidão provocada” pela própria instituição acreditadora. Sendo assim, já está em fase de conclusão.
- Publicação e avisos – a UNTL precisa fazer melhorias na divulgação das informações institucionais ao público-alvo (catálogos académicos, guias do estudante e do docente).
- Ensino a distância (não se alterou).
- Programas de formação contínua, sem alteração – programas de desenvolvimento profissional da Faculdade de Educação.
- Processos dos alunos – aplica-se ainda o “processo manual” de acolhimento ou processo manual de recrutamento dos alunos, o que pode dar origem a erros e inconsistências na organização dos dados dos alunos.
- Corpo docente – a UNTL cumpre este requisito; preparação académica e profissional: fizeram-se consideráveis progressos. Funções e cargas horárias, a UNTL cumpriu estes requisitos.

- Acordos Contratuais – a UNTL mantém-se em conformidade com este critério. Existem boas práticas na operacionalização dos acordos e memorandos de entendimento.

3. Serviços educacionais e de apoio ao estudante:

- Biblioteca e outros recursos pedagógicos – já tiveram satélites de internet, internet café, incluindo computadores oferecidos pela USAID, que se encontravam na Faculdade de Economia e na Faculdade de Ciências Sociais. Infelizmente este programa desapareceu devido a falta de gestão e vigilância dos equipamentos, que levou à destruição dos mesmos.
- Coleções dos livros ainda insuficiente, espaços de leitura sobrecarregados, e número de funcionários limitado e sem formação adequada.
- Apoio pedagógico – o equipamento de salas de aula e laboratório é muito limitado. Algumas salas de aula não possuem recursos audiovisuais, e há falta de técnicos de laboratório e de materiais químicos.
- Tecnologias de informação – há uma melhoria, mas ainda limitada.

4. Processos administrativos:

- A organização e administração da UNTL está refletida no Estatuto da UNTL. Mesmo assim, a unidade de auditoria e controlo de qualidade ocupa uma posição muito baixa no organigrama. Deveria haver maior ligação com o reitor (neste caso o programa deve ser da responsabilidade do Pró-reitor para os Assuntos de Controlo de Qualidade).
- Relações Institucionais – é necessário criar associação de antigos alunos.
- Recursos financeiros – melhoria nos planos orçamentais, existe uma boa colaboração com o Ministério de Finanças.
- Recursos físicos – a UNTL cumpriu este critério apenas no que se refere à gestão dos espaços.
- Bolsas financiadas externamente e contratos de investigação. Embora as bolsas do estado incluam os elementos de investigação, é desejável que se desenvolvam contratos de investigação.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

Timor-Leste pode orgulhar-se de ter uma Universidade em funcionamento, com os requisitos mínimos, tanto físicos como humanos garantidos por todos quantos se revêm na sua importância e no seu contínuo desenvolvimento – desde o Governo timorense, os Governos doadores e entidades coletivas ou singulares privadas, nacionais ou internacionais, que, desde logo, se sensibilizaram em participar nos esforços pela reconstrução deste país.

A abordagem que se apresenta ao longo deste trabalho tem como fim facilitar a nossa compreensão sobre o programa da avaliação que se enquadra na avaliação organizacional e pretende assumir-se como um contributo relevante para o desenvolvimento da UNTL, enquanto única Instituição do Ensino Superior Público em Timor-Leste.

Sendo a avaliação um instrumento para melhorar o ensino e a aprendizagem e os resultados dos alunos, procura-se incentivar práticas de autoavaliação, promover uma ética profissional marcada pela responsabilidade, fomentar a participação social na vida da Instituição Universitária e oferecer um melhor conhecimento público do trabalho da UNTL.

O desenvolvimento profissional dos docentes tem um papel fundamental para a melhoria da qualidade do ensino e dos resultados do sistema educativo, pelo que a Avaliação Externa da UNTL se reveste de especial importância para a adequação da formação contínua às necessidades e prioridades das escolas e dos docentes, contribuindo para a melhoria da qualidade do sistema de formação e da oferta formativa.

Percebemos que a Avaliação Institucional é o centro do processo avaliativo, integrando diversos instrumentos de avaliação, como a autoavaliação, conduzida pelas comissões próprias de avaliação (no caso da UNTL é o Gabinete para a Promoção da Qualidade, sob a responsabilidade do Vice-Reitor dos Assuntos Académicos) e a Avaliação Externa, realizada pelas comissões externas designadas ANAAA.

Para maior equidade nos resultados, os dirigentes da Instituição UNTL comprometeram-se a disponibilizar os dados apurados na pesquisa e a planear, de forma partilhada, as ações que possam qualificar, cada vez mais, as atividades académicas e os compromissos institucionais.

Depois de analisar todos os dados existentes, conclui-se que: o resultado da Avaliação Externa com um valor de 78,6% foi justo e credível porque a Avaliação Externa Institucional naquela período foi feita pelos avaliadores internacionais, constituindo uma equipa heterogénea sem interesses pessoais ou institucionais no processo avaliativo.

O processo de Avaliação Externa Institucional da UNTL passou por várias etapas: 1) Preparação (consolidação dos critérios e diretrizes e contratação); 2) Implementação (análise de documentação, entrevistas, discussão e observação direta ao campo); 3) Relatório (discução interna entre pares, tomada de decisão dos resultados, e elaboração do relatório e sua submissão).

O resultado da Avaliação Externa acima mencionada saiu do resultado final que engloba os oito critérios:

1. Visão, Missão e Objetivos da Universidade
2. Organização e Gestão Administrativa “Estrutura”
3. Programa Académico consoante a Missão
4. Programa Académico adaptado ao “Conteúdo Mínimo Curricular”
5. Membros do Corpo Docente Qualificado
6. Recursos para o Ensino-Aprendizagem
7. Património Legal e Oficial da Instituição
8. Plano Orçamental para os Próximos Cinco Anos

Os resultados trazem-nos os indicadores dos pontos fortes e dos pontos fracos, contribuindo para que a UNTL se transforme num Centro de Ensino Superior de Excelência

Antes da Avaliação Externa, a UNTL, na sua longa viagem de 8 anos de idade, não se tinha realizado nenhuma Avaliação Interna Institucional nem Programática. Isto aconteceu porque não existia um órgão responsável pela avaliação da qualidade nas suas diferentes dimensões.

Partindo do exposto, recomenda-se à UNTL que comece a estimular “novos” valores de qualidade de acordo com os novos estatutos e a promover o desenvolvimento do sistema de gestão de qualidade e sua capacidade. Será necessário gerir sistematicamente as mudanças, de forma a criar um bom sistema interno de garantia de qualidade. É necessário proceder rapidamente as ações sistemáticas (e planos) no sentido de desenvolver uma cultura de qualidade, de forma a transpor estas alterações à UNTL para

o estatuto autónomo dos seus processos académicos e de gestão. No entanto, não se verificaram evoluções significativas durante a revisão de 2011.

Os novos estatutos preveem uma governação autónoma da UNTL. No entanto, a UNTL opera atualmente como Universidade Pública sem autonomia financeira ou autonomia nos seus Recursos Humanos. O núcleo organizacional da Universidade está a esforçar-se para garantir e assegurar a qualidade, realizando melhorias contínuas no desenvolvimento das suas principais áreas de intervenção, ou seja, educação, investigação e prestação de serviços à comunidade. A acrescer a isto, a UNTL deveria pôr a garantia interna da qualidade numa posição superior, juntamente com a unidade/gabinete de auditoria interna, com autoridade e independência suficientes dos organismos executivos, responsáveis diretamente perante o Reitor. O desenvolvimento de um sistema de gestão de qualidade da UNTL requer a atribuição de prioridade no âmbito das áreas estratégicas, de forma a assegurar que o plano futuro tenha como base o novo paradigma da gestão do Ensino Superior com qualidade e um planeamento centrado nos alunos (os alunos são a principal parte interessada da Universidade).

A UNTL lançou vários programas de pós-graduação. Este empreendimento, embora natural e esperado das Universidades, deverá ser sujeito a aprovação do ME. São necessárias algumas políticas para guiar a Universidade no seu papel de promotora de cursos de pós-graduação. Pode incorrer-se nas mesmas lacunas ao nível de graduação (créditos, cursos, ensino, instalações, competências, avaliação, admissão) se o ME não agir rapidamente na provisão de um quadro de políticas específicas.

É importante sensibilizar para os valores de tempo e pontualidade como base para a qualidade em todas as Universidades de Timor-Leste. O tempo é um aspeto fundamental da qualidade que não pode ser abordado de forma ligeira, especialmente ao nível do Ensino Superior. Muitos indicadores de qualidade do Ensino Superior são avaliados com base no tempo e pontualidade, ou seja, input, processo, output e indicadores de resultados.

Formato dos relatórios: Em alguns casos, os relatórios de autoavaliação não seguiram o formato padronizado nem abordaram as questões colocadas pela ANAAA relativamente ao progresso em áreas cujo critério não cumpriram ou cumpriram apenas parcialmente. O seguimento das categorias padronizadas do manual é uma forma de assegurar que todos os critérios são abordados na autoavaliação. Isto facilita também o trabalho do painel de revisão, uma vez que não têm necessidade de procurar as respostas aos diferentes critérios num relatório mal formatado.

1. Sugere-se à Universidade Nacional Timor Lorosa'e que passe a aceitar o resultado comunicado pelo conselho de Ministros e lutar pela melhoria no futuro.

2. Sugere-se à UNTL que, no âmbito da construção e organização da Instituição, tenha em conta as recomendações citadas no relatório, conferindo-lhe prioridade.

3. Criar uma Comissão Interna de Avaliação, qualificação e acreditação bem montada e estruturada, para um funcionamento de avaliação realizada na Instituição de UNTL.

4. Criar uma rede de serviço (net work) intra e entre Instituições, tanto vertical como horizontal, tanto nacional, regional e internacional para fornecer e partilhar as informações.

5. Será necessário dar atenção máxima à Biblioteca Central, criando instalações adequadas, para que os estudantes, funcionários, docentes e público em geral tenham acesso às informações.

Partindo-se das sugestões acima referidas, a obrigação da UNTL é fazer: a) melhoria das condições de ensino nas graduações, especialmente as condições para o ensino prático; b) melhoria na divulgação de informação para o exterior (informação com rigor e actualizada); c) informatizar os processos de registo dos alunos (bases de dados e informação de pessoal); d) é necessário desenvolver planos específicos para o gabinete de apoio ao estudante; e) é necessário fazer um reforço coletivo nas coleções de livros e manuais das Bibliotecas, apostar na melhoria das condições das instalações, reforçar também a competência dos funcionários com formação adequada; f) é necessário reforçar o equipamento audiovisual e materiais de trabalho, técnicos de laboratório com formação adequada; g) é necessário dar mais atenção à elaboração dos planos concretos de ação; h) é necessário desenvolver uma política de propriedade intelectual e direitos de autor; i) é necessário desenvolver uma política de encremento de contratos de investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Natércio. 2002. Avaliação e desenvolvimento organizacional da escola. In COSTA, Jorge Adelino, NETO-MENDES, António & VENTURA, Alexandre (org.), *Avaliação de Organizações Educativas*, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 51-68.
- AZEVEDO, José Maria. 2007. Avaliação das escolas: fundamentar modelos e operacionalizar processos. In CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (org), *Avaliação das Escolas – Modelos e Processos* (Actas de um Seminário realizado em 13 de Dezembro de 2005), Lisboa: CNE, 12-96.
- BOLÍVAR, António. 2003. *Como melhorar as escolas: estratégias e dinâmicas de melhoria das práticas educativas*. Porto: Edições ASA.
- BALZAN, New Cesar e DIAS SOBRINHO, José. 2005. *Avaliação Institucional Teoria e Experiências*. São Paulo
- BROTTI, Maria Gorete & LAPA, Jair dos Santos. 2007. Modelo de avaliação do desempenho da administração da escola sob os critérios de eficiência, eficácia, efetividade e relevância. In *Avaliação*, v. 12, n. 4 de Dezembro, Campinas; Sorocaba, SP, pp. 625-661.
- BELO, Jacinto H. S. 2014. *O impacto da gestão de recursos humanos na performance da Universidade Nacional Timor Lorosa'e*. Díli: UNTL
- COSTA, Jorge Adelino & VENTURA, Alexandre. 2002. Avaliação integrada das escolas: análise em torno das opiniões dos intervenientes. in COSTA, Jorge Adelino, NETO-MENDES, António & VENTURA, Alexandre (org.), *Avaliação de Organizações Educativas*, Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 105-124.
- COUSINS, J.B & EARL, L. 1995. *Participatory evaluation in education*. London e Washington, D.C: Falmer Press.
- CASALI, Alípio. 2007. Fundamentos para uma avaliação educativa. In: CAPPELLETTI, Isabel F. *Avaliação da aprendizagem: discussão de caminhos*. São Paulo: Editora Articulação Universidade/Escola.
- DIAS SOBRINHO, Jose. 2005. *Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado: Casa do psicólogo*.
- DIAS SOBRINHO, J. 2003. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da Educação Superior*. São Paulo: Cortez.

- DIAS SOBRINHO, José. 1996. Avaliação Institucional: Marcos Teóricos e Políticos. In *Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, São Paulo, ano 1, nº 1.
- ESTRELA, Albano e António Nova. 1993. *Avaliação em Educação: Novas Perspectivas*. Porto: Porto Editora
- FERREIRA, A.B.H. 1986. *Novo dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira,
- FERNANDES, Maria Estrela Araújo. 2002. Avaliação Institucional da escola e do sistema educacional: base teórica e com do projeto. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.
- FIGARI, G. 1996. *Avaliar: que referencial?* Porto: Porto Editora.
- GASPARETTO, Agenor. 2000. Avaliação Institucional: processo doloroso de mudança: a experiência da UESC, Ilhéus, Bahia. In Verhine, R. *Experiências de Avaliação Institucional em Universidades Brasileiras*. Salvador: UFBA/FACED
- GOLDBERG, M. A. A. 1980. A avaliação pode ser uma arma?. In Educação e Avaliação, São Paulo, v.1, Jul, pp.23-47.
- GÖRLITZ; Axel; BURTH, Hans-Peter. 1998. Politische Steuerung [Gestão política]: ein Studienbuch. Opladen: Leske+Budrich
- HADJI, C. 1994. A avaliação, regras do jogo: das intenções aos instrumentos. Porto: Porto Editora.
- HARTZ, ZMA, Denis JL, Moreira E, Matida A. 2008. From knowledge to action: challenges and opportunities for increasing the use of evaluation in health promotion policies and practices. In: McQueen DV & Potvin L (editors), *Health promotion evaluation practices in the Americas: values and research*. New York: Springer; 2008. p. 101-20.
- HOUSE, E. R. 1997. Evaluación, ética y poder. Madrid: Morata
- HOUSE, E.R & HOWE, K. R. 2001. Valores en evaluación e investigación social. Madrid: Morata
- HORTA, Cecília Eugenia Rocha. 1992. A Avaliação em busca de uma alternativa Inovadora. In *Estudos*, Brasília, no 13, pp. 11-12..
- HOFFMANN, Jussara. 2003. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação

- INEP – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). 2004. Diretrizes para a avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília: DF.
- Jornal da República: Lei Bases da Educação: Díli
- KOTLER, Philip e FOX, Karen F.A. 1994. Marketing Estratégico para Instituições Educacionais. São Paulo: Atlas.
- LATOUR, B. 2001. A esperança de pandora. São Paulo: EDUSC.
- LEITE, D. 2005. Reforma universitário: Avaliação Institucional e participativa. Petrópolis, RJ: Vozes.
- LEITE, D; TUTIKIAN, J & HOLZ, N (Org.). 2000. Avaliação e compromisso: construção e prática da Avaliação Institucional em uma universidade pública. Porto Alegre: Edição da Universidade.
- LIMONGI-FRANÇA, A. C. 2004. Qualidade de vida no trabalho – QVT: conceitos e práticas diferencial competitivo. São Paulo: Atlas.
- MARINO, Eduardo. 2003. Manual de avaliação de projectos sociais, Editora Saraiva,
- ME. 2008. Documento de Resultado da Avaliação “acreditação” à Universidade Nacional Timor Lorosa’e, Díli
- ME-RDTL: Estatuto da Universidade Nacional Timor Lorosa’e. Esboço – aprovado pelo Conselho de Ministros da RDTL
- MURILLO, F. Javier. 2003. El movimiento teórico-práctico de mejora de la escuela. Algunas lecciones aprendidas para transformar los centros docentes. In REICE, Vol. 1, n.º 2 – <http://www.ice.deusto.es/rinace/reice/vol1n2>
- MANES, Juan Manuel. 1997. Marketing para Instituciones Educativas. Barcelona: Granica.
- NETO, Alfredo José Machado. 2002. Globalização e Gestão Universitária: Um Estudo das Instituições Municipais de Ensino Superior do Estado de São Paulo: PACEF
- FRANCA,
- PAZETO, António Elígio. 2007. Desafios da Organização e da regulação da Educação Superior em Timor-Leste e a questão da capacitação Institucional: Universidade do Minho
- PAZETO, António Elígio e outros. 2009. Teoria e modelos de avaliação, Braga, Universidade do Minho
- PLURAL EDITORES. 2007. Dicionário Língua Portuguesa Prestígio, Porto Porto Editora

- PAULINO, Vicente. 2013. Breves considerações sobre a educação e tecnologia. Revista VERITAS, vol 1, nº 2 (pp.7-19), Díli: UNTL
- PAULINO, Vicente & FONSECA, Sabina da. 2013. Educação na sociedade contemporânea entre a realidade ‘real’ e virtual. Revista VERITAS, vol 1, nº 2 (pp.7-19), Díli: UNTL.
- RDTL: Política nacional da educação 2007-2012 “Construir a nação através de uma educação de qualidade, Dili 2007
- RAP – Relatório Anual de Progresso da UNTL, 2014.
- RIBEIRO, Jorge Luiz Lordelo de Sales. 2009. Avaliação como uma política pública - Aspectos da implementação do SINAES. In LORDÊLO, Jac & DAZZANI, MV (orgs), Avaliação educacional: desatando e reatando nós, Salvador: EDUFBA, pp. 57-84.
- ROMÃO, J. E. 1998. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez.
- SIMONS, Helen. 1987. Evaluación Democrática de instituciones escolares. Madrid: Ediciones Morata
- SALES, Gorge Luis de. 2003. Sistema Nacional de Avaliação SINAES, Brasil
- SANDER, B. 1995. Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas: Autores Associados.
- SAUL, A. M. 2001. Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação do currículo. São Paulo: Cortez.
- SILVA, Ana Maria Costa e SILVA, Bento Duarte da (2008), Dispositivos de Avaliação de Projecto em TIC: Uma experiencia em Portugal, Braga: Universidade de Minho
- SEIXAS, Paulo Castro. 2013. O mundo plural: a educação como dissonância e tradução. In *Revista VERITAS*, vol 1, nº 2 (pp.73-85), Díli: UNTL.
- SAUL, A. M. 1995. Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez.
- TYLER, R. W. 1976. Princípios básicos de currículo e ensino. Porto Alegre: Globo.
- UNTL: Documento para Acreditação da Universidade Nacional timor Lorosa’e: 2008
- VALE, J. M. F. 1979. Considerações a respeito do aluno de aproveitamento insuficiente no início da escolarização básica. Didática, São Paulo, v.15, p.59-70.
- VARGAS, Getúlio e outros: Uma análise de evolução Quantitativa da produção Cietífica da Universidade Federal de santa Catarina (referências fotocópias)

- VIANA, Isabel Carvalho. 2009. Teoria e modelos de Avaliação, Braga: Universidade do Minho.
- VIANNA, Heraldo Marelim. 2000. Avaliação educacional: teoria, planejamento, modelos. São Paulo: IBRASA.

Anexo 1 – Folha de Resposta aos Questionários

Perguntas e respostas

APÊNDICE A – Questionário e a resposta de Entrevista com Dirigentes da Universidade Nacional Timor Lorosa'e

1. Qual é o estatuto desta IES?

R. O estatuto desta Universidade é o visto no documento. Mas o próprio estatuto ainda é provisório, mesmo que tenham existido muitas mudanças.

2. Qual é a base legal de operacionalização desta Universidade?

R. A base legal de operacionalização desta Universidade é Baseada na fundação da Universidade que foi assinado pelo presidente da CNRT e pelo Administrador do Governo de transição ONU.

3. Qual é a estrutura organizacional e como é gerida esta IES?

R. A estrutura organizacional da UNTL segue linhas verticais e linhas horizontais e ainda é muito simples.

4. Dados Estatísticas:

- Cursos oferecidos – graduação, pós-graduação (especialização) e extensão.

R. Os cursos oferecidos baseam-se na necessidade do mercado de trabalho (esta no documento)

- Os ingressantes, concluintes, matrícula total, matrícula por sexo, matrícula por turno R. Está no documento

- Número de docentes por titulação – graduação, especialização, mestrado, total geral.

R. Está conforme o documento

- Número dos docentes por regime de trabalho: tempo parcial, tempo integral, dedicação exclusiva, total geral.

R. A realidade demonstra que o números dos docentes existe segundo as classificações mencionadas mas ainda não existe uma base legal que reflita o regime carreira dos docentes da UNTL (De facto existe mas Dejure?? não existe). Na verdade quase 40 por cento dos docentes são docentes convidados e docentes cooperantes.

- Funcionários por função – técnica, administrativa, serviços gerais, total geral.

- R. Existe funcionários administrativos permanentes e contratados timorenses. Está como na lista dos funcionários.

5. Nesta IES existe organização de estudantes e organização dos ex-estudantes da mesma?

- R. Nesta IES desde a sua função, existe associação estudantil mas ainda não funciona na sua plenitude. Até à presente data, A UNTL ainda não criou a organização dos estudantes
6. Esta IES tem uma política de avaliação interna institucional? No caso de uma resposta positiva: - Quais os princípios e diretrizes gerais desta política de avaliação? Quem realiza a coordenação deste projeto de avaliação institucional? Quais os principais resultados? No caso de uma resposta negativa: Por que razão esta IES ainda não dispõe de uma política de avaliação institucional?
- R. Para a resposta no. 6, A UNTL ainda não realiza avaliação interna institucional, porque a UNTL está no processo de elaboração dos indicadores e diretrizes.
7. Em sua opinião, a comunidade académica conhece o projeto de Avaliação Interna e Externa?
- R. Sim. A comunidade académica conhece bastante o projeto de avaliação tanto de avaliação interna como de Avaliação Externa. Mesmo assim, avaliação à UNTL foi como uma avaliação inicial para todos os IES que existem em TL incluindo a UNTL.
8. Que tipo de resultados são esperados da Avaliação Externa institucional à UNTL?
- R. Os resultados esperados são a UNTL terá valor positivo, feed back e recomendações para a melhoria do desenvolvimento da UNTL
9. Que tipo de apoio existe da administração superior da UNTL ao Ministério - Painei?
- R. A UNTL facilita as informações adequadas, introduziu a estrutura da UNTL na reunião de abertura e acompanhou os membros de painel na visita ao terreno.
10. Em sua opinião, a avaliação institucional é um processo importante para a administração superior da IES?
- R. Sim. A avaliação Institucional é «um processo muito importante para a administração superior da UNTL que tem relação com acreditação e a dignidade de uma IES».
11. Em sua opinião, a administração superior da IES utiliza os resultados da avaliação para o planeamento institucional e para tomar as decisões?
- R. Sim. Mas não só. Mais do que isto é a credibilidade institucional.
12. Em sua opinião, o modelo de avaliação proposto pelo Governo é adequado à UNTL?
- R. A avaliação institucional à UNTL podemos dizer que é adequado porque foi uma avaliação inicial (primeira vez).
13. Como foi a implantação do processo de avaliação institucional na UNTL?
- R. O processo da Avaliação Externa Institucional na UNTL foi um processo sequencial.
14. Quais as formas utilizadas para divulgação do resultado da avaliação?
- R. As formas utilizadas para divulgação do resultado foi uma carta de comunicado

APÊNDICE B – Questionário e a Resposta de Entrevista com Dirigentes da Diretoria do Ensino Superior – ME

1. Quando é que o Governo teve a iniciativa de fazer Avaliação Externa institucional?
R. No início de 2008, o Governo teve iniciativa de fazer Avaliação Externa Institucional.
2. Porque é que o Governo “ Ministério da Educação” teve esta iniciativa de Avaliação Externa Institucional? O objetivo!
R. O Governo teve esta iniciativa de Avaliação Externa Institucional com o objetivo de elevar a qualidade de educação e de garantir a qualidade de educação do Ensino Superior em Timor – Leste com um outcome de excelente.
3. Quais as principais leis, normas e procedimentos de autorização, de regulamentação e de acreditação das IES?
R. As principais leis, normas, e procedimento de autorização, regulamentação, e acreditação das IES estão no documento de acreditação.
4. Como foi o processo desta avaliação?
R. O processo desta avaliação foi um processo sequencial: preparação, implementação, e o relatório.
5. Porque é que se fez uma Avaliação Externa institucional e não se fez uma Avaliação Externa dos programas?
R. Fez-se uma Avaliação Externa institucional porque foi a primeira vez que o Governo realizou uma Avaliação Externa inicial institucional. E Avaliação Externa dos programas decorrerá daqui a cinco anos.
6. Quais são os critérios de avaliação institucional?
R. Os critérios de Avaliação Externa institucional estão no documento de avaliação que se foca nos 8 critérios-padrões: Visão, Missão...
7. Quantos painelistas integraram a equipa de avaliação 2008 e donde vieram estes painelistas e porquê?
R. Foram 8 painelistas internacionais que vieram das várias nações como Estados Unidos, Filipina, Nova Zelândia, Malásia, Indonésia, Brasil. Eles são painelistas credíveis internacionais porque o Governo da RDTL – ME queria uma equipa de painel independente que não tivesse nem interesses pessoais nem institucionais, só assim teria um resultado justo e credível.
8. Quais foram as etapas para Avaliação Externa Institucional em 2008?
R. As etapas para Avaliação Externa institucional em 2008 foram etapa de preparação, etapa de execução, e etapa de publicação dos resultados.
9. Quais os princípios e as diretrizes gerais desta política de avaliação?

- R. Os princípios e as diretrizes gerais desta política de avaliação estão elaborados num documento que foi mandado para todas as instituições (visto no documento)
10. Que órgãos ou comissões foram responsáveis pela implementação e acompanhamento desta política de avaliação institucional em 2008?
- R. Os órgãos que foram responsáveis pela implementação e acompanhamento desta política de avaliação institucional em 2008 foi Ministério da Educação (ME) e foi implementado pela Diretoria do Ensino Superior.
11. Como foi a divulgação dos resultados da Avaliação Externa Institucional?
- R. A divulgação dos resultados da Avaliação Externa Institucional foi divulgada pelo Conselho de Ministros do quarto Governo Constitucional da RDTL no Comunicado de Imprensa sobre o Licenciamento e Acreditação de Instituições de Ensino Superior em Timor-Leste a 24 de Setembro de 2009.
12. Como foi a elaboração do relatório da Avaliação Externa Institucional do período de 2008/2009?
- R. A elaboração do relatório da Avaliação Externa Institucional do período de 2008/2009 esteve completamente na mão do painel.
13. Quais as consequências dos resultados da Avaliação Externa Institucional 2008/2009?
- R. As consequências dos resultados da Avaliação Externa Institucional 2008/2009 foram:
- 1) muitas instituições privadas e também a UNTL não ficaram satisfeitas com os resultados (visto o comunicado)

APÊNDICE C – Questionário e a resposta de Entrevista com Membro da Comissão da Avaliação Externa Institucional (CAEI)

1. No período de 2007-2008, como foi constituída a Comissão/Painel de Avaliação Externa Institucional?
R. Foi convidada pelo Governo de Timor-Leste
2. Qual o sistema de avaliação institucional que foi implementado no processo de Avaliação Externa institucional aos IES em Timor-Leste naquele período?
R. O sistema de avaliação institucional que foi implementado no processo de Avaliação Externa institucional aos IES em Timor-Leste naquele período foi o sistema organizado pelo Governo como um sistema mais específico para Timor-Leste com vista a um licenciamento - acreditação inicial.
3. Qual era a composição da Comissão de Avaliação Externa Institucional (CAEI)?
R. A CAEI era composto por 8 membros “painelistas” presidida pela Dra. de Washington – USA
4. Em sua opinião, como foi o funcionamento e a dinâmica do CAEI?
R. o funcionamento e a dinâmica do CAEI foi muito interativo e participativo em particular à UNTL, além de interativo, participativo também muito aberta e self confidence
5. Em sua opinião, havia interesse pessoal dos membros da CAEI pelo tema de avaliação?
R. Os membros da CAEI não tinham interesse pessoal nem interesse institucional. O que importava era uma avaliação justa que justificasse a evidência e a realidade.
6. 6. Em sua opinião, os membros do CAEI tinham experiências anteriores com a avaliação institucional?
R. Sim, os membros da comissão ou painel eram painelistas especializadas, e já tínhamos sido painelistas regionais e internacionais.
7. Como decorreu a preparação do processo de implementação da avaliação segundo o calendário?
R. O calendário foi preparado pelo Diretoria do Ensino Superior de ME
8. Em sua opinião, como foi a participação e a interação efetiva dos membros do CAI na avaliação?
R. A participação efetiva dos membros do CAEI na avaliação? A UNTL realizou-se em 2 dias efetivos. Durante todo o tempo a comissão / painel utilizou todo tempo para recolher informações e realizar discussões interna entre os membros, fizemos o *side visit*. Enquanto que para as instituições pequenas, fizemos uma distribuição de tarefas.

8. Sobre os resultados da avaliação, como foi a divulgação e ou sensibilização para a apresentação dos resultados da autoavaliação institucional?

R. A divulgação dos resultados de cada IES foi numa avaliação conjunta, discussão entre os membros, refletindo a diretriz ou critério e divulga o resultado qualitativamente

9. Como foi a elaboração do relatório da Avaliação Externa institucional no fim do processo de avaliação pela CAEI?

R. A elaboração do relatório da Avaliação Externa institucional no fim do processo de avaliação pela CAEI foram baseados nos indicadores, diretrizes ou critério elaborados pelo ME. A elaboração do relatório foi num processo de discussão, e tomada de decisão.

Anexo 2 – História da UNTL e seus respectivos elementos de funcionamento

1. Breve História da UNTL Ante-Referendum

Depois de ler os documentos arquivados na Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), reflete-se que a UNTL é uma Universidade Pública que foi fundada após de referendo 1999. Em 17 de Novembro de 2000 a UNTL nasceu por uma exigência de consenso de todas as pessoas que pertenciam à Sociedade Académica da Universidade Timor Timur (UNTIM) e da Politécnica Hera – Díli.

Falando sobre a UNTIM, inicialmente era uma Universidade privada fundada em 1 de Outubro de 1986 pelo Eng.º Mário Viegas Carrascalão na qualidade de governador da província XXVII Timor Timur (Timor – Leste) e a sua equipa da Yayasan Lorosa'e (Fundação de Sol Nascente. Ela nasceu e, tem início um processo de criação e ordenamento de instituições de Educação Superior em Timor-Leste com 4 Faculdades (1. Faculdade de Agricultura (FAGRI) com dois Departamentos: Agro - Economia e Agronomia, 2) Faculdade de Social e Política (SOSPOL) com 2 Departamentos: Ciência Governamentais e Administração Pública, 3) Faculdade de Ciências da Educação com quatro Departamentos: Inglês, Bahasa Indonesia, Biologia, e Matemática, 4) Faculdade de Economia e Gestão com dois Departamentos: Gestão da Economia e Estudo do desenvolvimento. Esta Universidade foi estabelecida como uma instituição privada cuja missão era desenvolver os recursos humanos nas áreas de ciência e tecnologia, promover o ensino, a pesquisa e a extensão/dedicação.

A UNTIM na sua caminhada, foi submetida a avaliação – acreditação com estatuto registada “terdaftar” debaixo da coordenação KOPERTIS WILAYAH VIII, abreviação de Koordinasi Perguruan Tinggi Swasta; Koordenação de Instituições do Ensino Superior Privada região VIII. E esta Universidade durante quase 9 anos da operação produziu 3 vezes graduações de nível licenciatura (S1): 1992, 1994 e 1998.

A Politécnica Hera – Díli era uma politécnica pública (do Estado) fundada em 1990, pelo Kantor Wilayah Pendidikan Timor Timur (Departamento da Educação e Cultura de Timor – Leste) sob o mandato do governador da província Timor Timur Eng. Mario Viegas Carrascalão. Esta politécnica foi fundada com quatro Departamentos: Eletrónica, Construção Civil, Mecânica, e Administração Secretariado. Esta politécnica conseguiu produzir duas vezes graduações de nível diploma II antes da decisão política de autodeterminação.

A maioria do pessoal da estrutura e docentes da UNTIM como POLITEKNIK Hera, Díli -eram na maioria indonésios, o currículo dos cursos, e o próprio sistema de ensino foi com o sistema e modelo da Indonésia. Estas duas instituições só duraram até meados do ano de 1999. No mesmo ano entre o mês de Junho até o mês de Agosto, as duas instituições citadas foram

destruídas, queimadas e saqueadas pelas milícias apoiadas por militares indonésios e 95% dos professores que eram da Indonésia abandonaram o país em consequência do resultado de referendun da vitória pela independência, no referendun que foi organizado pela Organização das Nações Unidas – ONU em 30 de Agosto de 1999.

2. A Existência e o Progresso da Universidade Nacional Timor Lorosa’e

Depois de Setembro Negro de 1999, os ex-docentes das duas instituições reuniram-se e falaram sobre o futuro dos jovens ex-estudantes das duas instituições e outros ex-estudantes das Universidades indonésias. Destas reuniões resultou a ideia de que Timor-Leste como uma nação do novo Millenium, necessitava abrir uma Universidade Pública. O esforço não foi fácil porque a ONU “UNTAET” “United Nation Transitional Administration for East Timor” considerou que “o Ensino Superior não é urgente e prioridade”. Pelo contrário os promotores deste esforço chefiado pelo Dr. Armino Maia continuaram voluntariamente a preparação (a estrutura, o currículo, identificação ou listagem dos estudantes, identificar os edifícios, negociar os líderes políticos timorenses, líderes da igreja católica, líderes locais e outros...) durante um período de seis a nove meses.

Como o resultado do esforço, no dia 17 de Novembro de 2000 a UNTL foi oficialmente inaugurada pelo presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), S.E Sr. Kairala Xanana Gusmão e o Representante Especial da ONU-UNTAET S.E. Dr. Sérgio Viera de Melo na qualidade como Administrador da UNTAET.

A estrutura da UNTL em 2000 era pequena: um reitor e dois vice-reitores - vice-reitor dos assuntos académicos e estudantis, vice-reitor dos assuntos administração e finanças. No nível da Faculdade, havia decano, vice- decanos a par com os vice-reitores, e chefe dos Departamentos. Para além disso existia também diretores de CNIC, INL, e Biblioteca, chefes de divisões: administração geral e finanças, e administração académica. Esta estrutura não foi oficializada com um documento legal. Os docentes ainda eram poucos cerca de 100 e os estudantes eram 5000, composto por novos estudantes, estudantes de antigo UNTIM e politécnica Hera.

As Faculdades e seus respetivos Departamentos naquela época eram cinco:

1. Faculdade de Agricultura com 3 Departamentos - Agronomia, Agro Economia e Veterinária;
2. Faculdade de Ciências Políticas e Sociais com 2 Departamentos – Ciências governamentais, Administração Pública;
3. Faculdade de Ciências da Educação com 5 Departamentos – Inglês, Biologia, Matemática, química, e Indonésia (finalização dos antigos estudantes);

4. Faculdade de Economia e Gestão com 2 Departamentos – Gestão Economia e estudo de Desenvolvimento;
5. Faculdade de Engenharia Técnica com 3 Departamentos - Electrónica, Construção Civil, e Mecânica.

A UNTL entre 2000 até 2003 não progrediu significativamente, faltava equipamentos e apoio financeiro, os apoios fornecidos pelas instituições cooperantes também ainda eram mínimos, exceto na Faculdade da Ciências da Educação onde os arranjos foram feitos pela missão Portuguesa “Câmara Municipal de Lisboa”. Mesmo com tantas dificuldades, a Universidade com a resolução do Governo 2003, realizou a primeira graduação com 318 graduandos. Dentro do período acima mencionado, o assessor jurídico do ME que era Ministério da Educação Juventude e Desporto (MECJD) tentou elaborar um esboço de estatuto da UNTL. E depois mais tarde, a estrutura da UNTL tentou fazer ajustamentos, mas infelizmente não foi aprovado.

A condição real em 2003 (dados da divisão administração académica e administração pessoal de 2003)

Total Faculdades	Total Departamentos	Total Estudantes	Total docentes Permanentes	Observação
5	16	6000	123	Graduação 1x

Em relação às condições de funcionamento, os prédios e as instalações físicas apresentam-se muito precárias. Acervo bibliográfico, laboratórios ou recursos técnicos, em muitos casos, são inexistentes. A grande maioria dos professores tem apenas nível de graduação, sendo muito poucos os que possuem titulação em nível de mestrado ou doutorado. De outra parte, o Ministério da Educação não possui cadastro ou censo que assegure as informações básicas sobre a situação da Educação Superior no país, dificultando, sobremaneira, conhecer e administrar esse segmento da educação, com mais propriedade. Sem qualquer base estrutural e sem padrões de referência, a Educação Superior em Timor-Leste, com algumas exceções, apresenta uma situação precária, não atendendo aos padrões internacionais, a não ser em relação à Indonésia, mesmo assim, não de todo. Não obstante a Educação Superior estar em funcionamento há duas décadas, a sua organização e desenvolvimento não dispõem da regulamentação necessária, cuja elaboração vem sendo levada a efeito desde 2004. O funcionamento de alguns cursos superiores, como foi constatado por professores brasileiros, segue uma prática que vem desde a época do domínio indonésio.

Os estudantes ingressam na Universidade mediante prova descritiva. O curso é estruturado em créditos, valendo cada crédito três horas-aula (50 a 60 minutos por aula), e a frequência exigida é de 75%. É atribuída uma hora de estudos de caráter pessoal, para cada crédito desenvolvido em sala de aula. Um crédito equivale, portanto, a quatro horas. O semestre letivo, por sua vez, tem

em média 20 créditos por disciplina, perfazendo um total de 80 horas. A média de créditos dos cursos é de 156, perfazendo um total de 624 horas-aula. De outra parte, os estudantes não têm o hábito de assiduidade integral às aulas, não atendendo à pontualidade em relação ao início e término das aulas bem como aos 75% de frequência exigida por disciplina. Qualquer penalidade aplicada pelo não atendimento à frequência mínima, não é aceite pelos estudantes, acarretando dificuldades para os professores. Além disso, os estudantes não têm o hábito de fazer tarefas domésticas solicitadas pelos professores. Tais exigências somente são cumpridas se os professores destinarem um período de aula para essa finalidade. Qualquer horário extra classe proposto pelos professores tem pouca receptividade por parte dos estudantes.

A UNTL em 2004 - 2007 progrediu bastante. Com a necessidade maior de atender e organizar as atividades extracurriculares dos estudantes, a Universidade promoveu mais o vice-reitor dos assuntos Estudantis. Para isso, a estrutura das Faculdades também alargou (aumentou mais um vice-decano que era o vice-decano dos assuntos estudantis. A UNTL dentro do período acima mencionado (2005-2007), aumentou mais duas Faculdades com os seus respectivos Departamentos: a) Faculdade Medicina com Departamento - Medicina Geral (em cooperação com o Governo de Cuba), Parteira, e enfermagem; b) Faculdade de Direito com Departamento – Direito Geral. Além disso por causa da exigência do povo e o mercado de trabalho em TL, a UNTL abriu mais outros novos Departamentos são como: Departamento de Desenvolvimento Comunitário na Faculdade de Ciências Sociais, Departamento de Língua Portuguesa, Departamento de Formação dos Professores do Ensino Básico e Departamento de Comunicação Social na Faculdade de Ciências da Educação, enquanto o Departamento da Língua Indonésia-FCE foi encerrado, o Departamento de Comércio e Turismo na Faculdade de Economia e Gestão.

Mais tarde, após um acordo entre a UNTL e a FUP baseado nas propostas submetidas pela Fundação das Universidades Portuguesas (FUP) - que reúne 15 instituições de Portugal - foram criados novos Departamentos onde os seus estatutos integrados às três Faculdades existentes da UNTL: a) Departamento de Agropecuária e de Ciências Agrárias na Faculdade de Agricultura; b) Departamento de Gestão, de Ciências Económicas, de Estudo e Desenvolvimento, na Faculdade de Economia; c) Departamento de Informática e Eletrotécnica na Faculdade de Engenharia.

Desde o início de 2007, foi um plano conjunto entre CAPES – Brasil, UNTL e o MEC-RDTL, marcaram o primeiro passo de oferecer os primeiros cursos de Pós-Graduação “*lato sensu*” em Timor-Leste na Faculdade de Ciências da Educação. Foram quatro cursos oferecidos: 1) Educação e Ensino, 2) Gestão da Educação, 3) Educação Ambiental e 4) Ensino da Língua Portuguesa. Esta iniciativa da Cooperação Brasileira foi no âmbito de “Programa de Capacitação de Docente e Ensino da Língua Portuguesa”.

3 A existência da UNTL 2008

No início de 2008, a estrutura a nível da reitoria aumentou, acrescentaram-se mais dois vice-reitores: Vice-reitor para assuntos de pós-graduação e vice-reitor para os assuntos de património. Isto quer dizer a cada ano as necessidades foram aumentando porque os estudantes de bacharelato e pós-graduação também aumentaram.

Comparando se no início a UNTL contava com cerca de 5.000 estudantes, no ano académico de 2007/2008 esse total abrangia o número de 8.000 estudantes matriculados. Este número continua aumentando, assim, no ano letivo de 2008/2009 o total de inscritos para ingresso chegou a 13.531, dos quais 7.504 foram admitidos, conforme os dados da unidade para os assuntos académicos e estudantis. Dos 7.504 estudantes admitidos, 3.317 são do género feminino e 4.187 do masculino.

A Existência da Universidade “Faculdade, Dep. Estudante, Docente” 2008

Total Faculdades	Total Departamentos	Total Estudantes	Total Docentes Permanentes	Observação
7	24	8000	120	1x Graduação em 2007

A tabela demonstra que num período de três anos de 2004 – 2007 fez a diferença entre anos anteriores (2000-2003), segundo os dados da divisão administração académica e administração pessoal 2007.

Em relação aos docentes, em 2008, a UNTL contava com 363 docentes, dos quais 249 a tempo integral e 75 a tempo parcial, 39 com dedicação exclusiva, sendo 285 do sexo masculino e 78 do sexo feminino. Considerando a titulação, foram identificados: 13 Doutores, (6 do sexo masculino e 7 do feminino); 73 mestres (60 do masculino e 13 do feminino); 258 licenciados (214 masculino e 44 feminino); e 19 bacharelados (17 masculino e 2 feminino). A tabela abaixo apresenta os dados dos estudantes “caloiros”, por unidades da UNTL e por género, no ano letivo 2008/2009.

Em 2008 UNTL submetida à acreditação inicial organizado pelo ME e avaliada pela comissão de avaliação Internacional (América, Brasil, Filipina, Indonésia, Austrália, Nova-Zelândia, Malásia). O resultado desta avaliação foi 78,86%. Enquanto processo de avaliação vamos para o processo de avaliação a baixo mencionado. Em 2009, foi criado um programa de Pós-Graduação - Mestrado na Área de Avaliação, na Faculdade de Ciências da Educação, e Sistema de informação em convénio firmado com a Universidade do Minho – Portugal com o programa de Pos-CAVET (Pós-graduação Cabo-Verde e Timor-Leste) apoio pela UNIEROPEIA.

Anexo 3 – A estrutura da Universidade

Introdução

A par do processo da consolidação das instituições do Estado, a UNTL tem vindo a crescer de forma cuidada e alerta, em sintonia com os maiores princípios norteadores da formação do Estado Timorense, exercitando-se numa crescente consciência de autonomia pedagógica e gerencial, por forma a justificar-se perante o Governo o seu quase cabal financiador. Ressaltam neste contexto a adoção de uma visão e de uma missão, ato que atravessou um processo bem moroso de reflexão e de discussão abarcando opiniões e ideias provenientes de origem variada, processo esse que não deixou de impactar positivamente a formação organizativa e académica dos próprios membros da estrutura e do corpo docente. A UNTL orgulha-se de ter realizado duas graduações, que, ao invés de parecer de pouco alcance em contraste com o padrão normal de funcionamento de uma Universidade, simboliza um verdadeiro surto das cinzas de uma destruição indiscriminada (Setembro Negro de 1999) e, portanto, de um labor colossal de reorganização.

A primeira graduação foi realizada a 7 de Outubro de 2003, dando saída a 387 estudantes graduandos, abrangendo ambos os níveis de licenciatura e de bacharelato, consistindo de 259 do sexo masculino e 128 do sexo feminino. A segunda graduação teve lugar só quatro anos depois, de 23 a 27 de Abril de 2007, registando-se, por isso, uma longa espera por parte de muitos dos candidatos. Contou com um total de 1.066 estudantes graduandos, distinguindo-se entre 799 do sexo masculino e 267 do sexo feminino. De notar que, desta vez, incluídos na graduação estavam os primeiros estudantes cuja formação se fez com a Cooperação Portuguesa, nos variados cursos sob a tutela do Instituto Camões (licenciatura em Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas) e da Fundação das Universidades Portuguesas (FUP - licenciaturas e bacharelatos). Este sub-grupo de estudantes somavam 112, sendo 74 do sexo masculino e 38 do sexo feminino.

Para efeitos de acreditação institucional, tendo em conta os pré-requisitos e sua ordem sequencial, conforme estabelecidos pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), a seguir se apresentam os dados compilados em capítulos:

1. Visão, Missão e Objetivos da Universidade
2. Organização e Gestão Administrativa “Estrutura”
3. Programa Académico consoante a Missão
4. Programa Académico adaptado ao “Conteúdo Mínimo Curricular”
5. Membros do Corpo Docente Qualificado
6. Recursos para o Ensino-Aprendizagem
7. Património Legal e Oficial da Instituição
8. Plano Orçamental para os Próximos Cinco Anos

Breve descrição explicativa

Visão, Missão e Objetivos da Universidade

A UNTL adotou, após um moroso processo de reflexão e discussão, a sua visão, missão e objetivos, em torno dos quais ela tem vindo a regular-se e a gerir-se ao serviço dos seus clientes, através das Faculdades e das várias áreas de estudo e de actividade de apoio. São sete as Faculdades existentes neste momento preciso:

- a) Faculdade de Agricultura (FA)
- b) Faculdade de Ciências da Educação (FACE)
- c) Faculdade de Ciências Sociais e Políticas (FASPOL)
- d) Faculdade de Economia (FE)
- e) Faculdade de Engenharia Técnica (FT)
- f) Faculdade de Medicina (FM)
- g) Faculdade de Direito (FD)

As primeiras cinco Faculdades acima indicadas têm Departamentos que somam um total de 24, em que já estão incluídos os programas de Cooperação com o Instituto Camões e com a FUP (Cooperação Portuguesa) e com a CAPES (Cooperação Brasileira):

- a) A Faculdade de Agricultura tem quatro Departamentos de Licenciatura – (i) Agronomia, (ii) Agro-Economia, (iii) Agro-Pecuária, (iv) Ciências Agrárias (FUP).
- b) A Faculdade de Ciências da Educação tem 7 Departamentos – (i) Língua Portuguesa (licenciatura e bacharelato), (ii) Língua Inglesa (lic), (iii) Biologia (lic), (iv) Matemática (lic), (v) Física (bach), (vi) Química (lic), e (vii) Escola Normal Superior/ Formação de Professores de Séries Iniciais (bach).

Este curso de séries iniciais goza do apoio das Cooperações Portuguesa e Brasileira, tendo começado em 2005, sendo o português a língua de instrução. A Faculdade de Ciências da Educação começou em 2005 a introduzir o português como língua de instrução nos seus vários programas de estudo que não ministrados pelo ICA/FUP, sendo o bahasa indonesia e o tétum recorridos para as lacunas nesse processo de transição.

- c) A Faculdade de Ciências Sociais e Políticas tem três Departamentos (lic e bach): (i) Administração Pública (lic), (ii) Ciência Governamental (lic), (iii) Desenvolvimento Comunitário (bach).
- d) A Faculdade de Economia tem três Departamentos: (i) Economia e Gestão (bach – FUP), (ii) Ciência Económica e Estudo de Desenvolvimento (lic), (iii) Gestão (lic).
- e) A Faculdade de Engenharia Técnica tem cinco Departamentos: (i) Técnica Mecânica (bach), (ii) Construção Civil (bach), (iii) Técnica Electrónica (bach), (iv) Técnica Informática (bach – FUP), (v) Electrotecnia (bach – FUP).

- f) A Faculdade de Medicina foi estabelecida em 2005, contando já com um total de 105 estudantes; é fruto da cooperação da UNTL com o Ministério de Saúde de Timor que dispõe dos médicos cubanos em serviço no território.
- g) A Faculdade de Direito foi criada em 2005 contando com um corpo docente proveniente sumamente das Universidades Portuguesas e coordenado pela FUP, como resultado de um consenso entre os órgãos de soberania timorenses, a PNUD e alguns países doadores.

Cooperação com o Instituto Camões (ICA)

A cooperação ICA/UNTL, iniciou-se, no ano académico de 2001/02, com um Curso de Licenciatura em Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas no âmbito da Faculdade de Ciências da Educação, atraindo mais de meia-centena de estudantes na primeira admissão, distribuídos em três turmas paralelas. Em 2005 registaram-se os primeiros treze casos de sucesso de conclusão de estudos, encontrando-se sete dos primeiros graduados, hoje, integrados no corpo docente da UNTL.

Cooperação com a Fundação das Universidades Portuguesas

A Cooperação com a Fundação das Universidades Portuguesas começou no ano lectivo de 2001/02, dando início a cinco cursos distribuídos em quatro Faculdades diferentes, verificando-se a conclusão dos mesmos em 2004 para os bacharéis e em 2005 para os licenciados, ambos os níveis admitidos à graduação de Abril de 2007.

Característico destes cursos é o facto de o ensino ser exclusivamente em língua portuguesa e o número de alunos por turma ser de 25 a 35, proporcionando um ambiente condutivo ao acompanhamento da aplicação de cada estudante e o efetivo controlo da qualidade. Embora muito desejado, este é um patamar que a UNTL não conseguiu ainda implementar nos seus mais variados cursos regulares.

Organização e Gestão Administrativa

A fim de proceder com eficiência e eficácia as suas tarefas, a Universidade tem o seu pessoal incumbido de várias funções, de acordo com a descrição e serviços descritos no Regimento Interno.

a) Estrutura da Universidade

1. O Reitor – simultaneamente o Presidente do Senado da UNTL
2. Os Vice-Reitores, actualmente, num total de cinco, responsabilizados respectivamente pelas seguintes áreas :
 - (i) Assunto Académico
 - (ii) Assuntos Administrativos e Finanças

- (iii) Assuntos Estudantis
- (iv) Assuntos de Planeamento e Cooperação
- (v) Assuntos de Património

Em vista está a criação de um sexto Vice-Reitor encarregue pela pasta de Pós-Graduação e Pesquisa.

3. Os Decanos das Faculdades, cada um co-adjuvado por três Vice-decanos, responsabilizados respectivamente por :
 - (i) Assuntos académicos
 - (ii) Assuntos administrativos e finanças
 - (iii) Assuntos estudantis.
4. Os Chefes dos Departamentos componentes de cada Faculdade
5. O Director do Instituto Nacional de Linguística (INL), constante do Decreto-Lei 1/2004 de 14 de Abril, donde extrai a sua autoridade legal como “guardiã científica” do desenvolvimento da língua tétum;
6. O Director do Centro de Investigação Científica (CNIC)
7. O Coordenador das Disciplinas Gerais
8. O Coordenador da Biblioteca Geral

b) Estrutura da Associação Estudantil

A UNTL tem os senados estudantis, órgãos que dirigem as actividades organizativas e extra-curriculares dos estudantes, abaixo enumerados:

- (1) Associação Estudantil da Faculdade de Agricultura
- (2) Associação Estudantil da Faculdade de Ciências da Educação
- (3) Associação Estudantil da Faculdade de Ciências Sociais e Políticas
- (4) Associação Estudantil da Faculdade de Economia
- (5) Associação Estudantil da Faculdade de Engenharia Técnica
- (6) Associação Estudantil da Faculdade de Medicina
- (7) Associação Estudantil da Faculdade de Direito

Prevê-se a formação de associações estudantis a nível dos Departamentos/ Programas de Estudos. Com a criação de programas de Pós-graduação como o que aconteceu em Setembro de 2007 (Pós-graduação em Educação) e previsivelmente em Outubro de 2008 (Gestão e Finanças), as associações estudantis progridem também nesse sentido.

c) Pessoal Docente e Administrativo

A UNTL tem 203 docentes permanentes, 33 docentes contratados e 82 docentes a tempo parcial para diversas disciplinas. Dos permanentes, registam-se o seguinte perfil – Bacharelato

(13 elementos), Licenciatura (129 elementos), Pós-graduação/ Especialização (4 elementos), Mestrado (54 elementos) e Doutorado (3 elementos). Dados mais detalhados encontram-se no anexo relativo ao Pessoal Docente e Administrativo.

Programas Académicos em Função da Missão

Para cumprir a sua Missão, a UNTL opera nos seguintes níveis:

- ☐ Programa de Diploma II
- ☐ Programa de Diploma III
- ☐ Bacharelato
- ☐ Licenciatura
- ☐ Pós-graduação/ Especialização (iniciado em 2007)
- ☐ Mestrado (previsto a começar em 2008)
- ☐ Doutorado (em conceito)

Currículo – Conteúdo Mínimo Curricular

A UNTL tem vindo, desde a sua criação em 2000, a pautar-se por um princípio de contínuo ajustamento do Currículo, enquanto vem implementando larga porção do currículo indonésio, inclusivamente a língua que ainda hoje está refletida no ensino nas salas de aulas.

Tão cedo os Departamentos se engajaram na reforma do currículo a seu ritmo próprio, com assistência de colaboradores internacionais. Assim, ajudaram nesse processo académicos japoneses para os vários Departamentos da Faculdade de Engenharia Técnica, académicos australianos e indonésios para a Faculdade de Agricultura, o Instituto Camões e a FUP (Portugal) para o Departamento de Língua Portuguesa, académicos cubanos (médicos cubanos) para a Faculdade de Medicina, etc.

Em 2003, implementou-se um currículo próprio e, num processo iniciado em 2005 em que participam representantes da UNTL, uma atenção maior se tem dado ao Conteúdo Mínimo Curricular que já visa aspectos mais compreensivos de qualidade de ensino-aprendizagem, gestão e acreditação internacional. Em anexo vai o Currículo de 2003, por traduzir para português.

Corpo Docente Qualificado

A UNTL tem por compromisso elevar constantemente a qualidade do seu corpo docente, convicta de que esta é o factor propulsor por excelência da qualidade de ensino-aprendizagem. Assim, enquanto se debruça por atrair o necessário apoio do Governo para as actividades de pesquisa os docentes, que vem incidir diretamente no desempenho do professor na sala de aula, a UNTL sempre se preocupou em encontrar meios para enviar os seus professores para continuar

os estudo no exterior. Até o ano de 2012, o mínimo número de Mestrados estipulado pelo Ministério através do Conteúdo Mínimo Curricular, para ministrar cada Departamento, ter-se-á conseguido.

Neste momento encontram-se docentes da UNTL a posseguir os seus estudos de Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento em Universidades no mais variados países:

- ☐ Austrália - 7 para o Mestrado e 6 para o Doutoramento
- ☐ Brasil – 14 para o Mestrado e 1 para o Doutoramento
- ☐ Indonésia - 8 para o Mestrado
- ☐ Japão – 3 para o Mestrado
- ☐ Portugal – 9 para o Mestrado

Regressados com um nível acrescido de formação são os seguintes:

- ☐ Austrália – 14 Mestrados;
- ☐ Brasil – 3 Mestrados e 3 Pós-graduados;
- ☐ Filipinas – 3 Mestrados;
- ☐ Indonésia – 17 Mestrados;
- ☐ Nova-Zelândia – 1 doutoramento.
- ☐ Portugal – 4 Mestrados e 1 Pós-graduado
- ☐ Japão – 7 Mestrados

Leccionam nos variados Programas de Estudo da UNTL quatro categorias de docentes:

- ☐ Docentes permanentes
- ☐ Docentes a tempo parcial
- ☐ Docentes Contratados
- ☐ Docentes Visitantes ou Voluntários (Portugal, Brasil, Espanha, Filipinas, Japão, Coreia do Sul, Nova-Zelândia, EUA, Austrália, etc)

As Organizações financiadoras de material de apoio/ infra-estrutura ou provedoras de bolsas de estudo são:

- ☐ IPAD – Portugal
- ☐ Instituto Camões – Portugal
- ☐ FUP – Portugal
- ☐ Câmara Municipal de Lisboa – Portugal
- ☐ Fundação Gulbenkian – Portugal
- ☐ Fundação Oriente – Portugal
- ☐ JICA – Japão
- ☐ CAPES - Brasil
- ☐ União Europeia
- ☐ USAID – Estados Unidos da América

- ☐ UBCHEA – Estados Unidos da América
- ☐ AusAid – Austrália
- ☐ ACIAR – Austrália
- ☐ APHEDA - Austrália
- ☐ Associação de Mulheres Académicas de Darwin – Austrália
- ☐ Cuba
- ☐ Espanha
- ☐ Governo da França
- ☐ Governo da Irlanda
- ☐ Governo Reino Unido
- ☐ Governo da Nova Zelândia
- ☐ Embaixada da Finlândia em Jakarta
- ☐ Holanda
- ☐ Tailândia
- ☐ Coreia do Sul
- ☐ Notohamidjojo Scholarship/ UKSW – Indonésia
- ☐ UNESCO – Jakarta
- ☐ Timor Aid – Timor-Leste
- ☐ Timor Telcom – Timor-Leste
- ☐ PNUD/ Díli – Nações Unidas
- ☐ Asia Foundation
- ☐ Banco Mundial
- ☐ Etc...

Instalações e terrenos da UNTL

Pertencem á UNTL uma série de instalações:

- ☐ o complexo da antiga Escola Técnica Prof. Silva Cunha
- ☐ a antiga Escola Engenheiro Canto Resende
- ☐ o complexo do antigo Liceu Dr. Francisco Machado e suas extensões
- ☐ o antigo edifício da Assistência Social (Ex-UNTIM), Caicoli
- ☐ o complexo da antiga Politécnica de Hera

A infraestrutura de apoio compreende os seguintes componentes:

- ☐ a Biblioteca Geral e a da Faculdade de Ciências da Educação
- ☐ Laboratórios informáticos e electrónicos
- ☐ Laboratórios da Faculdade de Agricultura
- ☐ Laboratórios das Ciências Exactas da Faculdade de Ciências da Educação

- ☐ Gráfica

O terreno património da UNTL estende-se às seguintes localidades:

- ☐ Faculdade de Engenharia Técnica em Hera (25 ha)
- ☐ Faculdade de Agricultura em Hera (27 ha)
- ☐ Faculdade de Ciências Sociais e Políticas em Caicoli (3,5 ha)
- ☐ Faculdade de Ciências da Educação na Av. Cidade de Lisboa (1,9 ha)
- ☐ Faculdade de Economia na Av. Cidade de Lisboa (1 ha)
- ☐ Polo Central na Av. Cidade de Lisboa (1,2 ha)

Planeamento Orçamental para Cinco Anos

Sendo uma instituição estatal, a UNTL beneficia do financiamento proveniente do orçamento do Estado, por via do Ministério de tutela (MEC). A UNTL tem suas receitas próprias que consistem nas propinas dos estudantes, receitas essas que são cabalmente depositadas na conta bancária do Estado.

O financiamento é planeado anualmente, com uma revisão semestral durante o ano da sua implementação. Neste momento, a UNTL já concebe um planeamento de 4 a 5 anos onde estão incluídos : (i) salários e vencimentos, (ii) bens e serviços, (iii) capital menor, (iv) capital de desenvolvimento (v) etc.

Conclusão

Timor-Leste pode orgulhar-se por ter uma universidade em funcionamento, com os requisitos mínimos, tanto físicos como humanos garantidos por todos quantos se revêm na sua importância e no seu contínuo desenvolvimento – desde o Governo timorense, os Governos doadores e entidades colectivas ou singulares privadas, nacionais ou internacionais, que, desde logo, se sensibilizaram em participar nos esforços pela reconstrução deste país.

Ao longo de uma jornada que iniciou dentre os destroços e as cinzas arrasadoras de vestígios e em que só a memória humana restou para testemunhar, a UNTL foi um verdadeiro palco de riscos e de desafios de variadíssima ordem. Oito anos volvidos, ela cresceu cheia de experiências a todos os níveis, graças à determinação dos seus servidores.

É nossa mais honesta expectativa que esta ilustríssima Comissão Avaliadora, pela sua internacionalidade e, sobretudo, pela sua perícia, encontre dentro do presente documento a informação necessária para produzir os seus juízos, o que vai decerto espelhar-nos de forma justa e proporcionar-nos uma pauta pela qual iremos futuramente avançar para outros níveis de avaliação.

